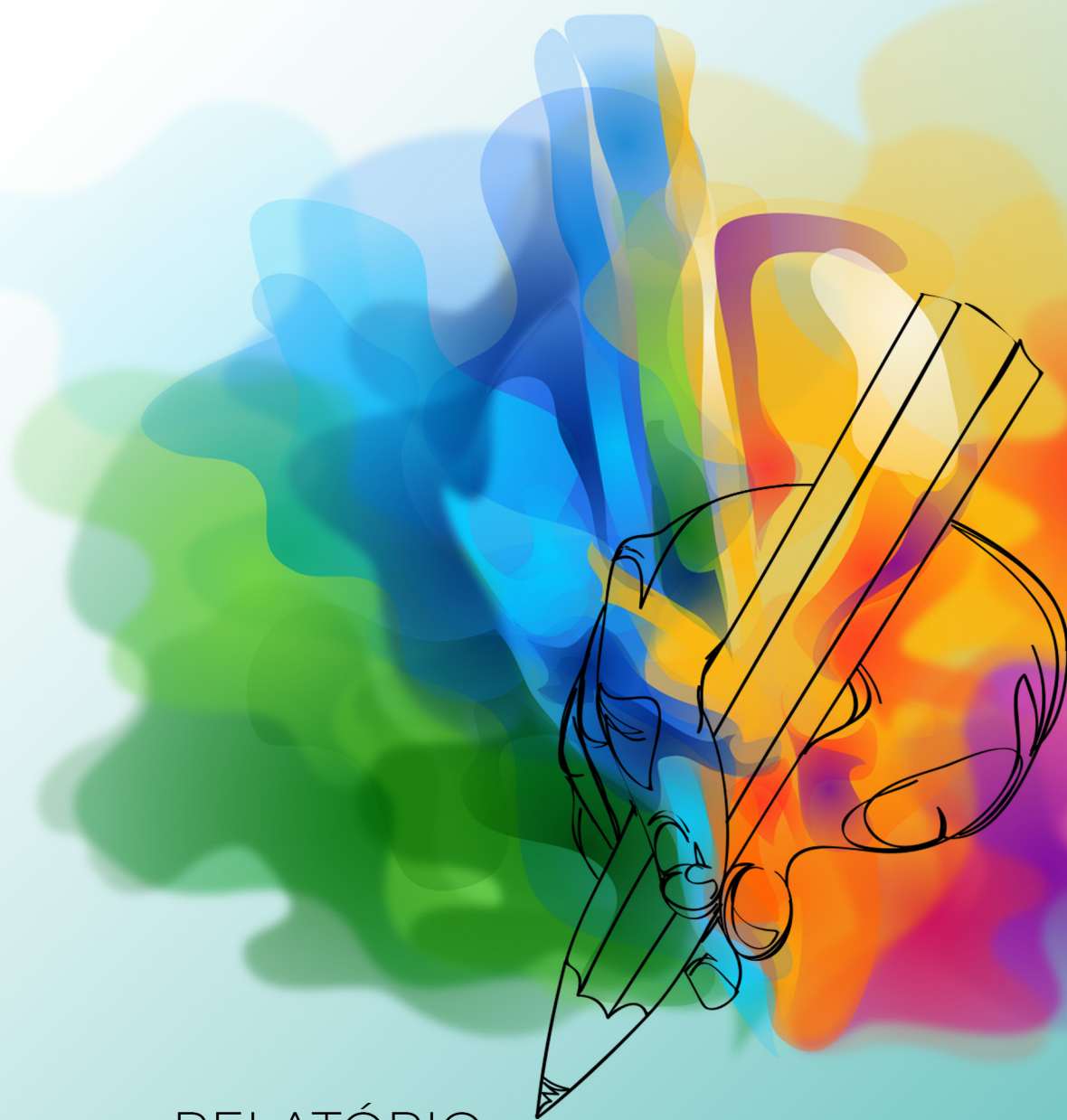




Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL



RELATÓRIO
DO PROJETO

«Repensar o ano letivo
como forma de melhorar
a aprendizagem dos alunos.»

FICHA TÉCNICA

Comissão de Acompanhamento do Novo Calendário Escolar:

- Dr. Gabriel Caetano - Câmara Municipal de Odivelas
- Professor Doutor Luís Picado – Instituto Superior de Ciências Educativas
- Dra. Elsa Belo - Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT)
- Dra. Isabel Barata - Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular RLVT
- Professora Teresa Quirino - Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular RLVT
- Professor Simão Lomba - Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular RLVT
- Dra. Beatriz Peixoto/Dra. Isabel Lavinha – Associação Comunitária Juvenil e Infantil da Ramada
- Dra. Cristina Matias - Associações de Pais e Encarregados de Educação
- Dr. António Boa-Nova - Assembleia Municipal de Odivelas.

Consultor Científico:

Professor Doutor Domingos Fernandes - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Apoio Técnico / Reladoras:

Dra. Gabriela Henriques – Departamento de Educação e Coesão Social

Dra. Sílvia Prudêncio – Departamento de Educação e Coesão Social



AGRADECIMENTOS

A Comissão de Acompanhamento ao Projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos” manifesta aqui os seus agradecimentos ao Professor Doutor Domingos Fernandes, especialista na área da “Avaliação Educacional”, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pela disponibilidade e cuidado atento no apoio e orientação deste trabalho, em particular na sua fase inicial.

De igual modo, agradecemos a participação, a colaboração e a partilha da reflexão, enquanto decorria o ano letivo 2018/2019, por parte dos/as Alunos/as, Docentes, Diretores/as, Pais e Encarregados/as de Educação e Comunidade Educativa, sem os/as quais não teria sido possível registar as perceções dos/as protagonistas envolvidos/as neste projeto.

A exigência, a transparência e o investimento em tempo e disponibilidade, em muitos casos, a título pessoal, foi fundamental para a realização desta tarefa.

Muito obrigada,
A Comissão de Acompanhamento



ÍNDICE

Agradecimentos	4
Apresentação	7
Sumário Executivo	9
Lista de Siglas	11
Introdução	12
1. O Enquadramento do Projeto	14
2. A Descrição do Projeto	16
3. As Opções Metodológicas	18
4. A perceção dos Atores envolvidos no Projeto	22
4.1. O Nível de satisfação relativamente à Organização do Calendário Escolar em Semestres	23
4.1.1. Questionários aplicados a Pais/EE, Conselho Pedagógico e Conselho Geral	23
4.1.2. Relatório dos/as Diretores/as	27
4.1.3. <i>Focus Group</i> de Alunos/as e Diretores/as	27
4.1.4. Análises SWOT de Docentes	29
4.2. A Valorização da Avaliação Formativa	30
4.2.1. Questionários aplicados a Pais/EE, Conselho Pedagógico e Conselho Geral	30
4.2.2. Relatório dos/as Diretores/as	32
4.2.3. <i>Focus Group</i> de Alunos/as e Diretores/as	33
4.2.4. Análises SWOT de Docentes	37
4.3. O <i>Feedback</i> aos Alunos e o reporte a Pais/Encarregados de Educação	39
4.3.1. Questionários aplicados a Pais/EE, Conselho Pedagógico e Conselho Geral	39
4.3.2. Relatório dos/as Diretores/as	42
4.3.3. <i>Focus Group</i> de Alunos/as e Diretores/as	42
4.3.4. Análises SWOT de Docentes	44
Conclusão	45
Bibliografia	48
Legislação	49



APRESENTAÇÃO

Em setembro de 2018, o Ministério da Educação, através do Senhor Secretário de Estado, Professor Doutor João Costa¹, autorizou a realização do projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos”, apresentado por todos/as os/as diretores/as de Agrupamentos de Escolas (AE) e Escolas não Agrupadas (ENA) da rede pública do concelho de Odivelas, enquanto oportunidade para a reflexão e desenvolvimento de diversas formas de avaliação, com enquadramento e acompanhamento a nível concelhio, pela Câmara Municipal de Odivelas (CMO), em articulação com a comunidade educativa² local.

Nesse sentido, constituiu-se a Comissão de Acompanhamento (CA)³ ao desenvolvimento do mesmo, com os seguintes elementos:

- Dr. Gabriel Caetano, Diretor do Departamento de Educação e Coesão Social e representante da Câmara Municipal de Odivelas;
- Professor Doutor Luís Picado, representante das Instituições de Ensino Superior Privado, do concelho de Odivelas;
- Dra. Elsa Belo, coordenadora da Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT);
- Dra. Isabel Barata, representante da Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular RLVT;
- Professora Teresa Quirino (Centro de Formação de Associação de Escolas Maria Borges de Medeiros), representante da Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular RLVT;
- Professor Simão Lomba (Centro de Formação de Associação de Escolas CENFORES), representante da Equipa de Acompanhamento da Autonomia e Flexibilidade Curricular RLVT;
- Dra. Beatriz Peixoto/Dra. Isabel Lavinha, representante das IPSS que desenvolvem atividade na área da educação, no concelho de Odivelas;

¹ Ofício com a referência número 1682/2018, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, com o assunto “Calendário 2018/2019 – Proposta final de organização do ano letivo 2018/19”.

² Entenda-se aqui “comunidade educativa” conforme definido no *Dicionário Breve de Pedagogia* de Ramiro Marques “o conjunto dos atores e intervenientes no processo educativo escolar. Nesse sentido, inclui não só os professores, alunos e funcionários não docentes, mas também os pais dos alunos e representantes de instituições da comunidade vocacionadas para trabalhar com a escola”.

³ Ata da 1.ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação de Odivelas, realizada no dia 30 de outubro de 2018, onde consta a criação da Comissão de Acompanhamento do Novo Calendário Escolar.



- Dra. Cristina Matias, representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE), no concelho de Odivelas;
- Dr. António Boa-Nova, representante da Assembleia Municipal de Odivelas.

Esta Comissão contou ainda com a colaboração do Professor Doutor Domingos Fernandes, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, enquanto especialista na área da Avaliação Educacional.

Foram objetivos desta Comissão:

- Acompanhar o projeto do novo calendário escolar;
- Produzir um relatório final com o “retrato” das perceções dos atores, diretamente implicados nesta mudança, no primeiro ano de desenvolvimento do projeto (2018/2019);
- Potenciar a mudança, e empoderar os seus protagonistas, na continuidade do desenvolvimento do projeto.

Foi entendimento desta Comissão assumir esta missão de acompanhamento, enquanto observadores do projeto em desenvolvimento, através do registo das perceções dos protagonistas, envolvidos no processo de mudança, e da divulgação da implementação do projeto junto da comunidade educativa.

Este relatório é o resultado desse processo.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Acompanhamento do Projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos” tem como finalidade:

- proporcionar informação descritiva sobre as perceções dos atores intervenientes no projeto, durante o segundo semestre do ano letivo 2018/2019;
- divulgar a implementação do projeto.

Concebido pelos/as diretores/as dos AE/ENA da rede pública do concelho de Odivelas, o projeto, identificado informalmente pelos atores intervenientes no processo como “Novo Calendário Escolar em Semestres”, começou a ganhar forma em finais de julho, resultado da publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 julho, do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 julho e da experiência de um ano letivo (2017/2018) do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), em que participaram seis AE da rede pública do concelho de Odivelas.

A proximidade e regularidade de contacto entre todos/as os/as diretores/as dos AE/ENA, e entre estes e a Câmara Municipal de Odivelas, facilitou a celeridade na construção de um projeto que viria a ser apresentado ao Senhor Secretário de Estado, Professor Doutor João Costa, no final de agosto de 2018 e mereceria a autorização para avançar, com caráter excecional, no ano letivo 2018/2019.

O projeto associou a organização semestral do calendário escolar, ao processo de mudança que os/as diretores/as subscritores pretenderam implementar nas escolas do concelho, centrado na avaliação educacional, *«sustentada por uma dimensão formativa, [enquanto] parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação.»*⁴.

O projeto foi implementado pelos AE a Sudoeste de Odivelas, Adelaide Cabette, Braamcamp Freire, Caneças, D. Dinis, Moinhos da Arroja, Pedro Alexandrino e Vasco Santana, a Escola Profissional Agrícola D. Dinis e a Escola Secundária da Ramada.

A necessidade de sistematizar a informação conduziu à seleção de seis objetos de análise: Perceção de Alunos; Perceção de Docentes; Perceção de Pais/Encarregados de Educação; Perceção de Diretores; Perceção de Conselho Pedagógico; Perceção de Conselho Geral.

Foram também selecionadas três dimensões, para os seis objetos de análise: o nível de satisfação relativamente à organização do calendário escolar em semestres, a valorização da avaliação

⁴ In n.º 1 do art.º 22º do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 julho



formativa, e o *feedback* aos Alunos e o reporte a Pais/Encarregados de Educação.

Foi opção da CA abordar os atores apenas durante o segundo semestre, de modo a poder obter perceções mais consolidadas, relativamente a um processo de implementação iniciado em setembro de 2018, e que implicou a reorganização das várias unidades orgânicas (AE e ENA) durante o primeiro semestre, de acordo com o mesmo, e o consequente processo de ajustamento e experimentação de todos os atores envolvidos.

Para a própria CA, houve uma primeira etapa de conhecimento e aproximação, entre os vários elementos que participaram, em representação das entidades que estão presentes no Conselho Municipal de Educação e da Equipa Regional de Acompanhamento da implementação dos Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, de 6 de julho, com competência⁵ para o acompanhamento das escolas no concelho de Odivelas, e à necessária negociação entre as diferentes perspetivas sobre o modo de concretizar o acompanhamento deste projeto.

Numa segunda etapa definiu-se a metodologia de recolha de informação, privilegiando-se técnicas que permitissem recolher o discurso direto dos protagonistas da mudança, como os grupos focais e as análises SWOT e, por constrangimentos de tempo, instrumentos que possibilitassem a recolha alargada e célere de dados, através da aplicação de questionários a Pais/EE, Conselhos e Gerais e Conselhos Pedagógicos.

Na terceira etapa recolheram-se os dados através das técnicas e instrumentos, construídos de acordo com os objetos e as dimensões selecionados *a priori*.

A partir da análise dos dados recolhidos conclui-se que o nível de satisfação, com a organização do calendário escolar em semestres, é significativo, cifrando-se entre os 75% e os 90% nas perceções de Pais/EE, Conselho Geral e Conselho Pedagógico e nos discursos de Alunos/as, Diretores/as e Docentes.

A informação sobre as aprendizagens realizadas, que inclui o *feedback* a Alunos e o reporte a Pais/EE, e a ocorrência de mudanças nas práticas de avaliação, revelam algumas alterações, ainda em estruturação, consubstanciadas pelo reforço da formação de docentes, especificamente na área da avaliação, e pela gestão do tempo proporcionada pela organização em semestres.

⁵ Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro



LISTA DE SIGLAS

AE | Agrupamentos de Escolas

CA | Comissão de Acompanhamento

CMO | Câmara Municipal de Odívetas

ENA | Escolas Não Agrupadas

IPSS | Instituições Particulares de Solidariedade Social

MISI | Sistema de importação, gestão e armazenamento de dados das escolas e agrupamentos

Pais/EE | Pais e Encarregados de Educação

RLVT | Região de Lisboa e Vale do Tejo

SWOT | *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)

ACD | Ações de Curta Duração



INTRODUÇÃO

O documento que ora se apresenta constitui o Relatório Final do Acompanhamento à Implementação do primeiro ano (2018/2019), da Organização do Calendário Escolar em Semestres, no concelho de Odivelas, realizado pela CA indicada para esse efeito.

O Projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos”, proposto por todos/as os/as diretores/as de AE e ENA da rede pública do concelho de Odivelas, começou a ser delineado após a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho que apresenta no seu preâmbulo, como um diapasão, a atribuição de autonomia às escolas e aos professores *«para, em diálogo com os alunos, as famílias e com a comunidade» tomarem «as principais decisões a nível curricular e pedagógico»*.

Nesse sentido, a proximidade e a prática colaborativa, já existentes no território de Odivelas, entre diretores/as de AE/ENA e entre estes/as e a autarquia, por um lado, e a oportunidade criada pela legislação, para mudar práticas pedagógicas ao serviço da melhoria das aprendizagens dos alunos, possibilitou a construção de uma proposta de organização do calendário escolar no concelho de Odivelas que, através da reorganização do tempo letivo, pretendeu potenciar as mudanças em curso na avaliação dos alunos, nomeadamente no que diz respeito a uma maior valorização da dimensão formativa da avaliação.

Foram subscritores do projeto:

• AE a Sudoeste de Odivelas;
• AE Adelaide Cabette;
• AE Braamcamp Freire;
• AE Caneças;
• AE D. Dinis;
• AE Moinhos da Arroja;
• AE Pedro Alexandrino;
• AE Vasco Santana;
• Escola Profissional Agrícola D. Dinis;
• Escola Secundária da Ramada.

O relatório está organizado em quatro capítulos, além da Introdução e da Conclusão.

No primeiro capítulo - «O Enquadramento do Projeto» -, contextualiza-se o projeto no âmbito do quadro normativo que o sustenta.

No segundo capítulo - «A Descrição do Projeto» -, analisa-se a proposta construída pelos/as diretores/as.



No terceiro capítulo - «As Opções Metodológicas» -, expõem-se e justificam-se as opções metodológicas da CA, os objetivos das mesmas, os instrumentos e técnicas de recolha de informação, a matriz de análise, a caracterização da amostra e da população abrangida.

No quarto capítulo - «A perceção dos Atores envolvidos no Projeto» -, apresentam-se os resultados recolhidos através de questionários, relatórios, análises SWOT e *Focus Group*, técnicas e instrumentos aplicados a Diretores/as, Docentes, Alunos/as, Órgãos de Gestão, Pais/EE, entre fevereiro e junho de 2019.

Por último, apresenta-se a Conclusão, que integra uma análise SWOT dos dados recolhidos, contemplando a reflexão sobre os mesmos e a indicação de algumas recomendações.



1 | O ENQUADRAMENTO DO PROJETO

«(...) a educação é uma acção intencional de pessoas sobre pessoas e (...) a administração de uma organização é, de igual modo, essencialmente uma acção sobre pessoas através de pessoas para alcançar determinados objetivos. A administração de uma organização para pessoas, como é a escola, está, pois, duplamente imbricada nas relações entre essas pessoas.» (Formosinho et al, 2000: p.148)

Conforme referido na introdução, foi a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho que o Projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos” ou “Novo Calendário Escolar em Semestres”, começou a ganhar forma.

Este normativo, cujo objeto é o estabelecimento *«(...) [d]o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória»*, veio introduzir várias alterações, em particular, no âmbito da gestão do currículo dos ensinos básico e secundário. Nesse sentido, veio reforçar a dimensão formativa da avaliação, entendida como parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria, baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica (artigo 22º).

Ouvir o discurso dos atores durante o processo, todavia, coloca-nos a interrogação sobre se a génese deste projeto estaria muito antes, construída nos espaços formais e informais da relação de proximidade e de prática colaborativa, já existentes no território de Odivelas, entre diretores/as de AE/ENA e entre estes e a autarquia, suportada, muito antes, também, por um longo caminho feito por esses atores, desde a *Lei de Bases do Sistema Educativo* (1986) que configurava uma escola ligada à comunidade, ao incluir como princípio organizativo do sistema educativo, *«proporcionar (...) um elevado sentido de participação das populações»*⁶ e *assegurar «a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias(...)»*⁷, entre outros.

Indicava ainda a atribuição de autonomia, na administração e gestão do *«estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário (...) [através de] órgãos próprios»*⁸. Todos os normativos legais que se seguiram, desde o Decreto-Lei n.º 43/89, de 8 de fevereiro, imbricados com a prática das escolas, configuraram gradualmente uma autonomia que *«não é soberania ou independência absoluta (...) é uma forma de gerir interdependências, reforçando o papel dos órgãos e atores locais»*. (Formosinho et al, 2010: p.33)

⁶ In alínea g), art.º 3º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

⁷ In n.º 2, art.º 43º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

⁸ In n.º 4, art.º 48 da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.



Socorremo-nos então de uma proposição, de suporte à reflexão sobre a autonomia das escolas, que o Professor Doutor João Formosinho enuncia no seu manifesto *A Escola das Pessoas para as Pessoas* – «Uma escola autónoma é uma escola com espaços e tempos para as interações das pessoas e para o trabalho em equipa» (Formosinho, 2000: p.155). E foi na procura desse tempo, para as interações e para o trabalho em equipa, enquanto estratégia para implementar a mudança educativa, que nasceu o projeto.

Ao conceito de mudança educativa, de que nos apropriamos para situar esta leitura, subjaz a tripla dimensão social, institucional e pessoal (Formosinho e Machado, 2000: pp.18-19), que atribui particular complexidade a um processo de mudança cujo objetivo, neste caso, é melhorar a aprendizagem dos alunos pois envolve, essencialmente, a interação entre pessoas.

Sumariamente destacamos as três dimensões formuladas por João Formosinho e Joaquim Machado, que formam a contextura do projeto que nos ocupa:

- a dimensão social, relativa ao contexto histórico em que se insere, ao conjunto de circunstâncias e significações presentes no momento, em todas as faces do prisma da realidade;
- a dimensão institucional, relativa à escola como organização, que inclui «as dinâmicas que os actores corporizam, as mudanças já tentadas e conseguidas ou falhadas e a prática educativa consolidada» (Formosinho e Machado, 2000: p.18);
- a dimensão pessoal, relativa aos indivíduos e aos seus percursos pessoais de experiência e aprendizagem, de atribuição de sentido subjetivo ao processo de mudança.

Em síntese, o projeto surge para responder à necessidade de organizar o tempo, de modo a proporcionar condições de reflexão e experiência, na consecução da mudança educativa, da forma de avaliar os alunos para melhoria das suas aprendizagens.



2 | A DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos” propõe uma organização semestral do calendário escolar, garantindo o cumprimento dos termos essenciais do Despacho do Calendário Letivo (número de dias de funcionamento e de interrupção, datas de início e fim), bem como o respeito pela interrupção letiva nas datas festivas do Natal e da Páscoa.

Este projeto assenta nos seguintes pressupostos:

- *«que a avaliação tem por objetivo central a melhoria do ensino e da aprendizagem, baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados, e os procedimentos de avaliação;*
- *que a avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, devendo fundamentar o apoio às aprendizagens, nomeadamente à autorregulação dos percursos dos alunos em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos encarregados de educação;*
- *que a avaliação deve ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem e deve apresentar um carácter mediador e inclusivo;*
- *que sendo a mesma processual e contínua, permite ao docente e ao aluno conhecerem e regularem o caminho que percorrerão durante o processo de construção do conhecimento.»⁹.*

De acordo com estes pressupostos, os/as diretores/as de AE e ENA da rede pública do concelho de Odivelas enunciaram como principal objetivo, a valorização da dimensão formativa da avaliação.

Nesse sentido, assumiram o compromisso de mudanças nos procedimentos relacionados com a avaliação, designadamente:

- a criação de instrumentos de registo, em consonância com as aprendizagens essenciais e as áreas de competência previstas no *Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória*;
- o recurso a maior diversidade e adequação de instrumentos de recolha de informação sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos;
- a recolha de informação periódica a reportar aos alunos e a Pais/EE;
- a definição de critérios de avaliação explícitos e que permitam rever e melhorar os processos de ensino e de aprendizagem;

⁹ In Projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos”



- a realização de reuniões de avaliação intercalar a meio de cada semestre e sumativa no final de cada semestre;
- a participação dos representantes dos alunos e dos Pais/EE nas reuniões de conselho de turma.

Os/As diretores/as comprometeram-se ainda em incrementar os processos de monitorização da informação, relativa às aprendizagens dos alunos, e da aplicação das estratégias para a sua melhoria, no âmbito da autoavaliação dos AE/ENA, e a promover a capacitação dos diferentes atores, designadamente sobre a temática da avaliação das aprendizagens.



3 | AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

Criada na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, a 30 de outubro de 2018, a CA reuniu pela primeira vez a 17 de dezembro de 2018, iniciando nessa data a sua tarefa.

Após a negociação entre as diferentes perspetivas, sobre o modo de concretizar o acompanhamento do projeto, considerando a participação dos representantes das diversas entidades em presença, a CA assumiu o papel coletivo de observadora e facilitadora da reflexão sobre a implementação do projeto. A produção de um relatório final, onde se partilhasse uma reflexão crítica sobre a implementação do projeto com a comunidade educativa, a partir de uma investigação empírica que abordasse a ação quotidiana dos atores e as suas perceções sobre essa ação, norteou o caminho percorrido em seguida.

Nesse sentido, a CA identificou como objetivos do processo de acompanhamento:

- o levantamento das perceções dos atores do projeto, envolvidos no processo de mudança, para memória futura e reflexão sobre ações de melhoria;
- a divulgação da implementação do projeto, junto da comunidade educativa local.

De acordo com estes objetivos, e após a análise do projeto apresentado pelos/as diretores/as de AE e ENA, o conceito de «avaliação formativa» enquanto «principal modalidade de avaliação», emerge da proposta apresentada pelos/as diretores/as com um efeito agregador das práticas e objetivos enunciados.

Foi esta «avaliação formativa» assumida «genericamente, [como] um processo sistemático e deliberado de recolha de informação, ou de evidências de aprendizagem, que permite que os alunos compreendam: a) o estado em que se encontram em relação às aprendizagens; b) onde precisam chegar; e c) qual a melhor forma de lá chegar» (Fernandes, 2006: p.16), que concentrou o debate sobre quais os objetos de análise a eleger para esta reflexão e que dimensões, nesses objetos de análise, seriam privilegiadas na observação.



Nesse sentido, construiu-se a seguinte matriz de análise:

Objetos de Análise	Dimensões		
Perceção de Alunos/as	Nível de satisfação relativamente à organização do calendário escolar em semestres	A valorização da avaliação formativa	O <i>Feedback</i> aos Alunos e o reporte aos Pais/ Encarregados de Educação
Perceção de Docentes			
Perceção de Pais/EE			
Perceção de Diretores			
Perceção de Conselho Pedagógico			
Perceção de Conselho Geral			

Tratando-se de um projeto centrado na mudança educativa, em particular, sobre a alteração de conceitos e práticas avaliativos, consensualizou-se priorizar métodos e técnicas de recolha de informação, que possibilitassem «*considerar os actores não como objectos passivos de investigação, mas como sujeitos participantes*» (Guerra, 2002: p.53) que proporcionassem o tempo e o espaço para os atores partilharem ideias, e refletirem criticamente com os seus pares, e que valorizassem a experiência e a participação no mesmo. O próprio processo de acompanhamento e recolha de informação assumiria, deste modo, o propósito de promover a consciencialização, a reflexão sobre a ação individual e coletiva e a criação de pontes para o futuro.

Foram considerados, além dos grupos de Alunos/as, Diretores/as, Docentes e Pais/EE, também o Conselho Geral, «*órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola*»¹⁰, e o Conselho Pedagógico, «*órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente*»¹¹; elementos essenciais à implementação do projeto pois, o seu grau de apoio e envolvimento no projeto, constituem fatores críticos de sucesso.

A partir desta perspetiva, a CA selecionou os seguintes métodos e técnicas de recolha de informação:

- um relatório elaborado por cada um/a dos/as diretores/as subscritores do projeto, com entrega prévia à participação no *focus group*, e guião construído a partir da matriz de análise;
- dois *focus group*, com os/as dez diretores/as, cujo guião, construído a partir da matriz de análise, incluiu também o esclarecimento de questões destacadas nos relatórios pelos/as próprios/as diretores/as;

¹⁰In n.º 1, art.º 11º do DL n.º 137/2012, de 2 de julho, com a redação atual.

¹¹In art.º 31º do DL n.º 137/2012, de 2 de julho, com a redação atual.



- três *focus group* com alunos/as do ensino básico, do ensino secundário e do ensino profissional, com guião construído a partir da matriz de análise;
- duas análises SWOT [*Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)] com docentes do ensino básico, do ensino secundário e do ensino profissional;
- dois questionários para Pais/EE, aplicados no final de cada um dos semestres, construídos a partir da matriz de análise;
- dois questionários para membros do Conselho Geral de todos os AE/ENA, aplicados no final de cada um dos semestres, construídos a partir da matriz de análise;
- dois questionários para elementos do Conselho Pedagógico de todos os AE/ENA, aplicados no final de cada um dos semestres, construídos a partir da matriz de análise.

O reconhecimento da «*realidade educativa que se tornou manifestamente polifónica e polissémica*» (Ferreira, 2003: p.74), presente nas práticas discursivas, sustentou a opção por *focus group*, para recolha de informação junto de Alunos/as e Diretores/as pois esta técnica possibilita a compreensão da forma como os indivíduos falam, com as suas próprias palavras, sobre determinado tópico, utilizando as suas próprias categorias de informação e associações de sentido. Estes conteúdos, por sua vez, proporcionam a construção de questionários ou outros instrumentos de pesquisa para uma investigação mais aprofundada.

Considerando que o mote agregador do projeto é o conceito de «avaliação formativa» num contexto de mudança educativa, esta técnica reúne várias vantagens entre as quais podemos destacar a perceção de níveis mais profundos de significado e de relações entre ideias e conceitos; o efeito sinérgico de grupo que permite que cada elemento possa reagir ou construir a partir de outras participações; a facilitação na recolha de informação junto de crianças e jovens; a oportunidade de clarificação e aprofundamento de opiniões (STEWART e SHAMDASANI, 1998: p. 509).

Paralelamente, optou-se pela análise SWOT, enquanto técnica de facilitação e procedimento analítico, para recolher informação junto dos/as docentes e, no mesmo processo, contribuir para a criação de pontes para o futuro, mobilizando a consciencialização dos intervenientes para as potencialidades e constrangimentos do projeto.

Relativamente a Pais/EE, Conselho Geral e Conselho Pedagógico, por constrangimentos de tempo, optou-se pela aplicação de questionários, instrumento que possibilita a recolha alargada e célere de dados.

Ainda neste contexto, considerando que o projeto se iniciou em setembro e, por forma a obter alguns elementos comparativos que indiciassem a evolução da perceção destes atores, ao longo do ano letivo, aplicaram-se questionários a cada um dos grupos, no final de cada semestre.

Por último, foi opção da CA proceder à anonimização de todos os atores participantes no processo de recolha de informação, de modo a proporcionar uma imagem do todo, sem diferenciação das suas partes, indo ao encontro do propósito, de contribuir para a aproximação e consolidação das redes de colaboração e de partilha de práticas, entre todos os AE/ENA da rede pública do concelho de Odivelas.



4 | A PERCEÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROJETO

«(...) [a investigação-ação é] um processo no qual os investigadores e os actores, conjuntamente, investigam sistematicamente um dado e põem questões com vista a solucionar um problema imediato vivido pelos actores e a enriquecer o saber cognitivo, o saber-fazer e o saber-ser, num quadro ético mutuamente aceite.»

(BEAUSOLEIL, 1988: p.188)¹²

Na procura pela percepção dos atores envolvidos no projeto, a CA, enquanto observadora e facilitadora sobre a reflexão do mesmo, assumiu-se como *«(...) um dispositivo de escuta das subjectividades e dos problemas do terreno (...)»* (Formosinho e Ferreira, 2000, p.87), que trouxe múltiplos indícios de dimensões, destas percepções que elegeu como objetos de análise.

O início do projeto e o tempo disponível para o acompanhamento do mesmo condicionaram a seleção de três dimensões já identificadas na matriz de análise:

- O nível de satisfação relativamente à organização do calendário escolar em semestres
- A valorização da Avaliação Formativa
- O *feedback* aos Alunos e o reporte a Pais/EE

Para trás ficaram outras dimensões presentes nas práticas discursivas dos atores, nomeadamente no âmbito dos aspetos organizacionais e de funcionamento pedagógico das escolas (ensino-aprendizagem, inclusão, práticas de avaliação, trabalho colaborativo); das reações dos alunos; da melhoria das aprendizagens realizadas; do impacto no abandono e no absentismo escolar; da participação dos Pais/EE no processo educativo.

Considerando que este documento trata da realização do acompanhamento à implementação do projeto, também não é possível dar nota de todas as expectativas e aspirações destes atores, em relação ao futuro, além da menção em três breves ideias, que apontam para o potencial valor deste projeto, nomeadamente:

- A continuidade do mesmo para se poder avaliar os efeitos deste modelo de organização, nas aprendizagens dos alunos e para potenciar uma autorreflexão contínua, por parte dos docentes, em relação às suas práticas pedagógicas;
- A continuidade das diversas redes constituídas no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, para incrementar e consolidar a prática colaborativa dos docentes, em particular a rede de ensino profissional;

¹²“Uma das definições sobre investigação-ação, citada por Alcides Monteiro (1995: p.25)”



- O desenvolvimento de um Projeto Educativo Concelhio, que contribua para a melhoria do sistema educativo, potenciado pelo trabalho em rede, entre as escolas do Concelho, e tendo como centralidade a própria autarquia, consubstanciado durante a implementação deste projeto.

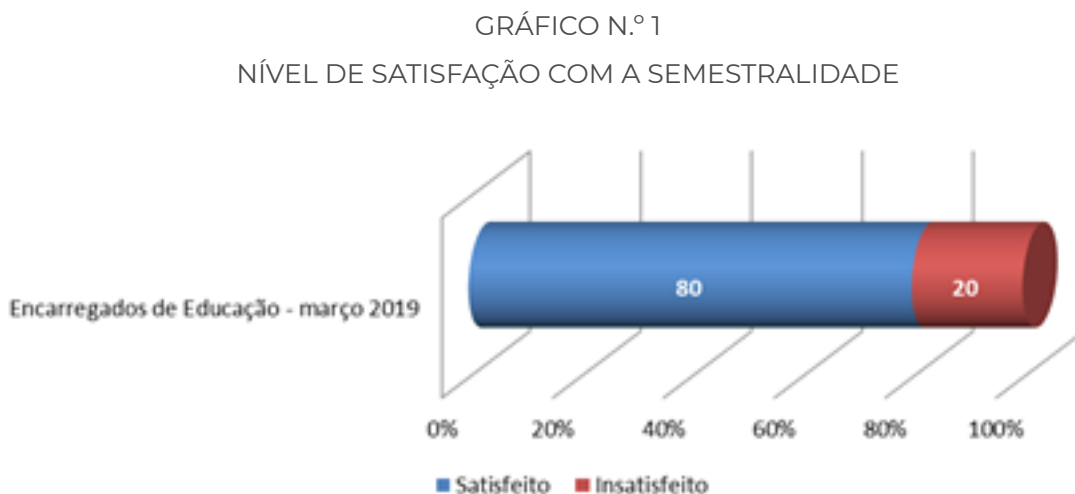
4.1. | O Nível de satisfação relativamente à Organização do Calendário Escolar em Semestres

No âmbito desta dimensão, pretende-se evidenciar o nível de satisfação/insatisfação com o modelo de organização do calendário escolar em semestres, de acordo com as perceções dos vários grupos de atores envolvidos e, nesse processo, destacar algumas das justificações patentes nos seus discursos.

4.1.1. | Questionários aplicados a Pais/EE, Conselho Pedagógico e Conselho Geral

PAIS/EE

Relativamente à aplicação do primeiro questionário a Pais/EE (em março de 2019), foi opção da CA selecionar os pais e encarregados de educação representantes de turma. Nesse sentido, do universo de 1.602 representantes de turma, responderam 238, o que corresponde a uma taxa de resposta de 15%, com a distribuição apresentada no gráfico n.º 1 que se segue.



De entre as justificações apresentadas para o nível de satisfação com organização do calendário escolar em semestres, destacam-se com maior número de frequência:

- Distribuição dos períodos de interrupção letiva, por exemplo:
«Os alunos têm mais interrupções letivas. E esses períodos de pausa, com menos dias, o que permite descansar mais vezes e somente o tempo suficiente.»
- Gestão do tempo ao serviço da organização do estudo e da recuperação de resultados, por

exemplo:

«Adquirem uma dinâmica diferente e um maior grau de autonomia, que se revelam no conhecimento das suas dificuldades e como superá-las, maior resistência à frustração e uma coerência no estudo ao longo do ano escolar.»

· Uniformização do calendário escolar, com equilíbrio do tempo ao longo do ano, por exemplo:

«Primeiro, o tempo de aulas fica distribuído de uma forma igualitária por dois semestres, o que permite uma melhor gestão do tempo de estudo, ao aluno, e o professor consegue dar um melhor feedback aos pais sobre a evolução do seu educando. Também faz com que a matéria não seja dada a correr e que não fique “tudo” para o terceiro período.»

Por sua vez, de entre as justificações apresentadas para a insatisfação com a organização do calendário escolar em semestres, destacam-se com maior número de frequência:

· Dificuldade na organização das tarefas, no processo de adaptação ao calendário semestral, por exemplo:

«(...) tanto alunos como docentes têm tido alguma dificuldade na organização das tarefas.»

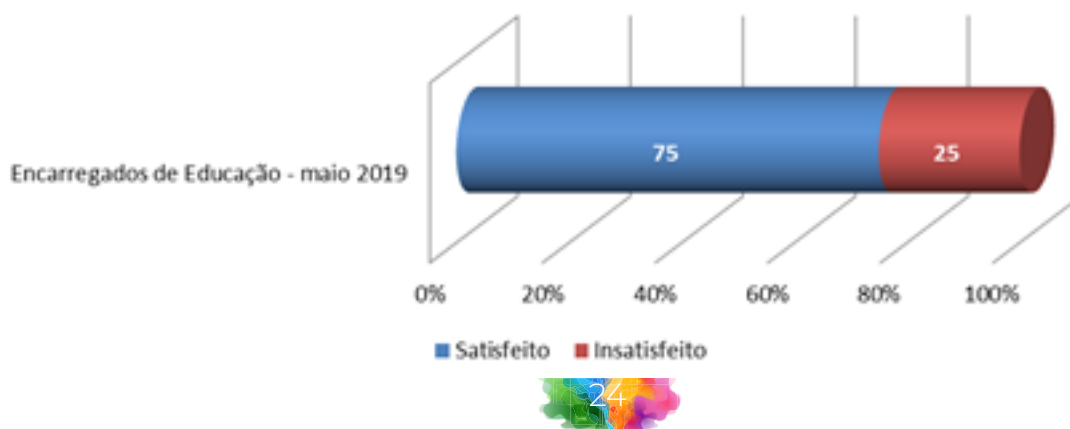
· Dificuldades na organização familiar, por exemplo:

«(...) Como representante de pais, informo que a maioria está insatisfeita porque têm de conseguir arranjar alternativas de férias em tempos diferentes, quando há mais filhos a estudar em outros agrupamentos. Ou seja, como as férias são diferentes, têm de arranjar alternativas/ faltar ao trabalho para poderem ficar em casa com os filhos.»

Após a aplicação do primeiro questionário, e decorrente das reações da comunidade educativa, a título formal e informal, no sentido de solicitar o alargamento de prazos de resposta e da abrangência do público-alvo, foi opção da CA, proceder à aplicação do segundo questionário a todos os pais e encarregados de educação.

De um total aproximado de 14.500 Pais/EE, a quem foi aplicado o questionário, responderam 1.306, o que corresponde a uma taxa de resposta de 9%, conforme distribuição apresentada no Gráfico n.º 2 que se segue.

GRÁFICO N.º 2
NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A SEMESTRALIDADE

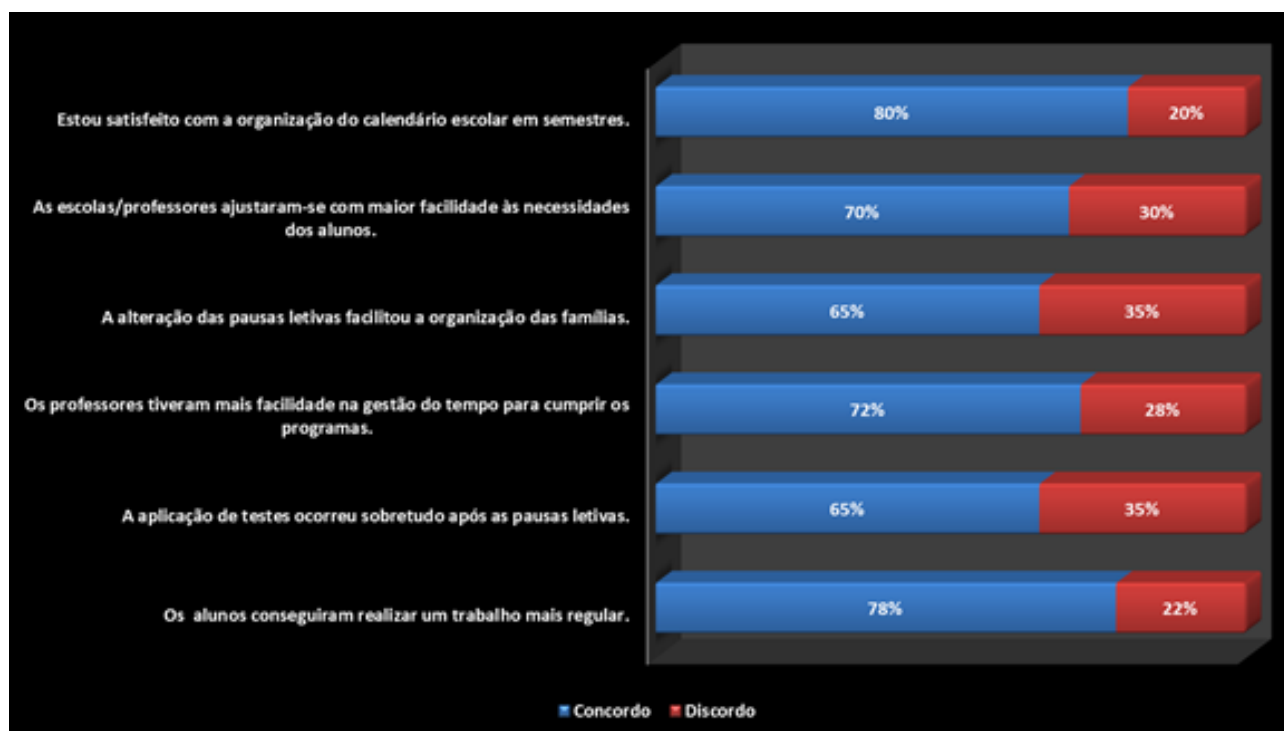


Considerando as justificações para a satisfação e insatisfação, recolhidas no primeiro questionário aplicado, foi opção da CA selecionar aquelas que reuniram maior frequência e que pudessem apresentar alterações significativas, entre o primeiro e o segundo semestre, para obter uma apreciação sobre a situação em maio de 2019, no AE/ENA frequentados pelos educandos destes atores (gráfico n.º 3).

De entre os vários itens apresentados, verifica-se que aquele que reúne maior concordância é a satisfação com a organização do calendário escolar em semestres, seguindo-se o reconhecimento do trabalho mais regular, realizado pelos alunos. Ainda no âmbito da satisfação, o item que recolhe menor concordância, por parte de Pais/EE, é a relação entre a alteração das pausas letivas e a organização familiar.

Em contrapartida, a concordância por parte de Pais/EE, com a concentração dos testes após as pausas letivas, destaca uma insatisfação manifestada no primeiro questionário, que se prolonga e mantém durante o segundo semestre, considerando a data de aplicação do segundo questionário.

GRÁFICO N.º 3
SATISFAÇÃO - O QUE ESTÁ A ACONTECER NO/A MEU/MINHA AE/ENA?

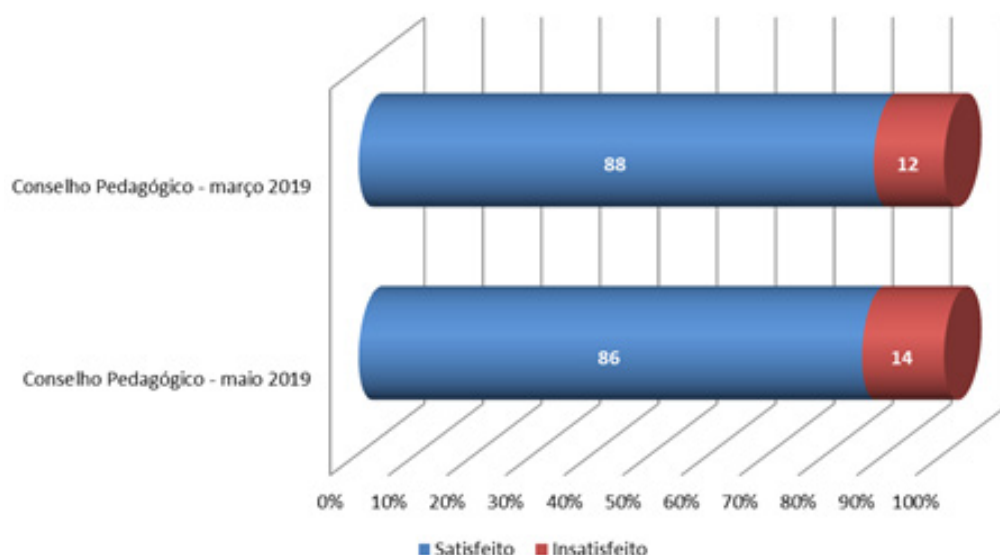


CONSELHO PEDAGÓGICO

De um universo de 155 membros do Conselho Pedagógico dos AE/ENA, aos quais foram aplicados os dois questionários, responderam ao primeiro questionário (em março de 2019) 118, o que corresponde a uma taxa de resposta de 76,1% e, ao segundo questionário (em maio de 2019)

responderam 49, correspondente a uma taxa de 31,6%. O gráfico n.º 4 apresenta a distribuição de respostas aferidas em ambos os questionários aplicados.

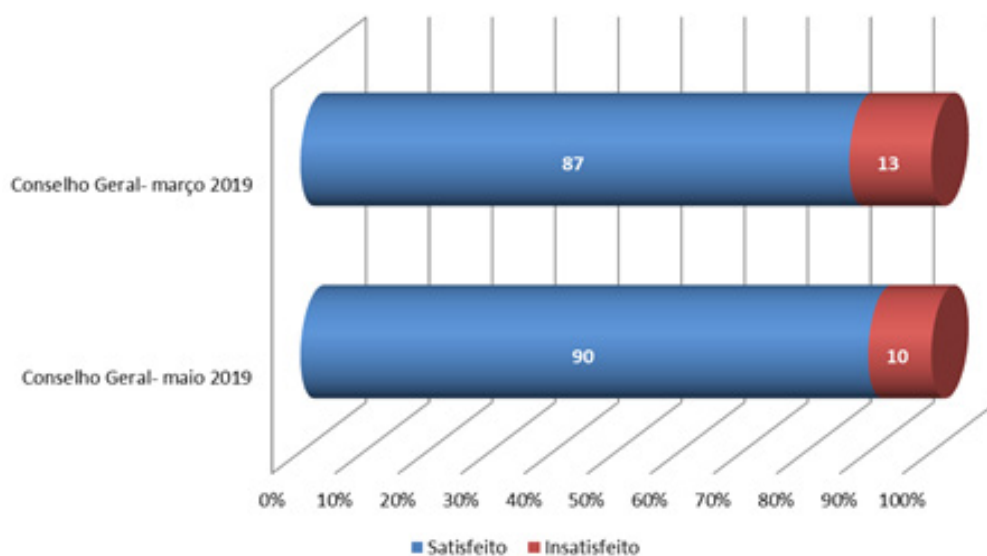
GRÁFICO N.º 4
NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A SEMESTRALIDADE



CONSELHO GERAL

Do total de 202 membros do Conselho Geral dos AE/ENA, aos quais foram aplicados os dois questionários, 77 responderam ao primeiro questionário (em março de 2019), o que corresponde a uma taxa de resposta de 38,1% e, ao segundo questionário (em maio de 2019) responderam 62, correspondente a uma taxa de 30,7%. O gráfico n.º 5 apresenta a distribuição de respostas aferidas em ambos os questionários aplicados.

GRÁFICO N.º 5
NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A SEMESTRALIDADE



4.1.2. | Relatório dos/as Diretores/as

Nos relatórios dos/as Diretores/as é evidenciado o entendimento, que há um incremento do trabalho colaborativo entre os docentes, associado, num ou outro caso, à constituição de equipas pedagógicas (grupos de docentes que têm em comum várias turmas do mesmo ano de escolaridade) e à atribuição de tempos específicos para reunião, nos respetivos horários.

No mesmo contexto, destaca-se ainda que a maioria dos alunos manifesta agrado relativamente à organização semestral, pelo facto dos momentos de avaliação serem mais espaçados, o que lhes permite organizarem melhor o seu estudo e terem mais tempo para se prepararem, particularmente para os testes e apresentação de trabalhos

4.1.3. | Focus Group de Alunos/as e Diretores/as

ALUNOS/AS

No discurso dos/as alunos/as a satisfação ou insatisfação são manifestadas, por vezes, com a mesma justificação, que indiciam práticas pedagógicas diferentes na **gestão do tempo**, quando considerado sob a perspetiva de permitir gerir o tempo de aprendizagem, de descanso e de recuperação de energia.

Por exemplo, a satisfação manifestada pelo/a Aluno/a E – Focus Group do Ensino Secundário de 8 de maio de 2019:

«(...) a mim parece-me que agora a aprendizagem é feita sem tanta pressão como nos anos anteriores. Como está dividido apenas em dois semestres, (...) dá-me a impressão, que nós temos mais tempo para aprender certas coisas porque não temos que estar a ser avaliados a cada três meses, (...) e também o facto de nós termos mais interrupções letivas, ajuda bastante a descontrair e também a diminuir a pressão e o stress. Então, acho que ajuda bastante na aprendizagem.»

A mesma justificação, associada às interrupções letivas, tem uma leitura diferente pelo/a Aluno/a D – Focus Group do Ensino Básico de 21 de maio de 2019:

«Deixa-nos cansados e saturados. (...) temos que realizar vários trabalhos ao mesmo tempo, por exemplo, eu tive teste hoje, tenho teste amanhã, tive que entregar um trabalho de educação visual, tenho que entregar um trabalho de cidadania, tenho que fazer um trabalho de inglês, tenho que fazer uma apresentação oral de francês e vou ter teste de ciências na próxima segunda-feira.»

Por outro lado, os alunos reconhecem que esta **organização do tempo facilitou o planeamento**



do estudo ao longo do ano letivo, quer pela fluidez sem quebras, quer pelo trabalho regular, decorrente do prolongamento do 1.º semestre, para além da interrupção letiva do Natal; e da integração do anterior 3.º período no 2.º semestre.

Nesse sentido, afirmam:

«(...) obriga a um estudo regular e, para além das fichas serem em subtópicos, lá está, como não temos que estudar tanto, ou melhor, tantas matérias, dá para estudar melhor aquela matéria específica e eu acho que assim, de certa forma, começa-se a perceber melhor, porque é só aquele subtema e assim, pouco a pouco, vai-se percebendo melhor a matéria.»

Aluno/a B – Focus Group do Ensino Básico de 11 de abril de 2019

«Eu talvez sinta que é mais corrido, ou seja, no sentido de não ter que haver tantas quebras, ou seja (...), isto obriga-nos a estudar regularmente, (...). Ou seja, temos que começar em setembro e acabar em junho, (...), acaba por ser tudo muito mais corrido e não há aquelas paragens em que ficamos tipo sem fazer nada.»

Aluno/a C – Focus Group do Ensino Básico de 21 de maio de 2019

DIRETORES/AS

A satisfação manifestada pelos/as Diretores/as surge associada à valorização de situações destacadas no discurso, quando fazem a narrativa da vivência do impacto do projeto no quotidiano, por exemplo ao associarem a **gestão do tempo em semestres como condição facilitadora para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e para uma melhor organização do estudo pelos alunos**, visível nas palavras do/a Diretor/a D – Focus Group de 24 de maio de 2019:

«Não faz sentido nenhum, períodos muito longos, um período curto e depois o calendário é que determina...Isto não tem sentido em termos pedagógicos...e sobretudo, também, a consciência de que as pequenas pausas, é um fator de equilíbrio para os miúdos e para os professores...»

Outro dos aspetos muito valorizado na justificação da satisfação, com a implementação deste projeto, foi a **consolidação do trabalho conjunto entre Diretores/as e de proximidade com a Câmara Municipal de Odivelas**, sintetizado no discurso do/a Diretor/a B – Focus Group de 23 de maio de 2019:

«(...) nós fomo-nos sentindo cada vez mais à vontade, para irmos pensando a escola e pensando aquilo que, queríamos, cada um de nós, fazer da sua própria escola. Depois juntou-se esta gente toda, estes diretores com vontade de trabalharem em conjunto, e neste momento, estamos mesmo todos a trabalhar em conjunto, (...) daqui as estratégias vão surgindo, e vão surgindo deste trabalho...cada um de nós faz um bocadinho diferente



mas, como viu, há muita consonância em relação às estratégias que foram adotadas.»

No discurso dos/as diretores/as, surge ainda o reconhecimento da **aceitação alargada da comunidade escolar, a um projeto que implicou a reorganização do funcionamento da escola, das rotinas dos alunos e das rotinas familiares**, potenciada em alguns/as AE/ENA por estratégias de informação e esclarecimento sobre as alterações na organização do calendário e os seus pressupostos, por exemplo patente nas palavras do/a Diretor/a B – *Focus Group* de 24 de maio de 2019:

«Na reunião preparatória dos diretores de turma, fizeram a receção aos alunos e aos pais, também foi debatido isto para que os professores, os diretores de turma, estivessem dentro da proposta, o mais possível, para poderem explicar, e depois foi explicado na receção aos alunos e aos encarregados de educação. Foi pacífico e, durante o ano todo, só houve um momento em que foi abordado este assunto com os pais, mais, foi a associação de pais, também, que fez uma sessão. Já foi para aí no Natal, mais ou menos. A associação de pais fez uma reunião com os pais e o tema também foi o calendário escolar, que correu muito bem.»

4.1.4. | Análises SWOT de Docentes

Nas duas análises realizadas com grupos de docentes, organizados por níveis de ensino, de acordo com a matriz SWOT [*Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)], o campo atribuído às Forças, competências ou fatores internos favoráveis à implementação de objetivos, projetos, entre outros, reuniu evidências da satisfação, deste grupo de atores, com a organização do calendário escolar em semestres. Nesse sentido, destacam-se alguns dos itens identificados:

«Articulação entre Direções de Escolas no mesmo território.»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

«Organização e funcionamento do processo pedagógico das escolas. *Fluidez na gestão do tempo, na organização e prática letiva.*»

Matriz SWOT - 7 de maio 2019 – Docentes – ensino básico.

«A semestralidade permitiu melhor gestão do trabalho pelos alunos e pelos professores; *potenciou o trabalho cooperativo entre professores e também entre alunos*; permitiu melhor planificação dos trabalhos, dos testes e melhor gestão do tempo.»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

«Há mais momentos de formação e de partilha entre Docentes, incluindo no seio/interior



do espaço escola, conforme solicitado pelos Docentes.»

Matriz SWOT - 7 de maio 2019 – Docentes – ensino básico.

«Rede de professores do ensino profissional.»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

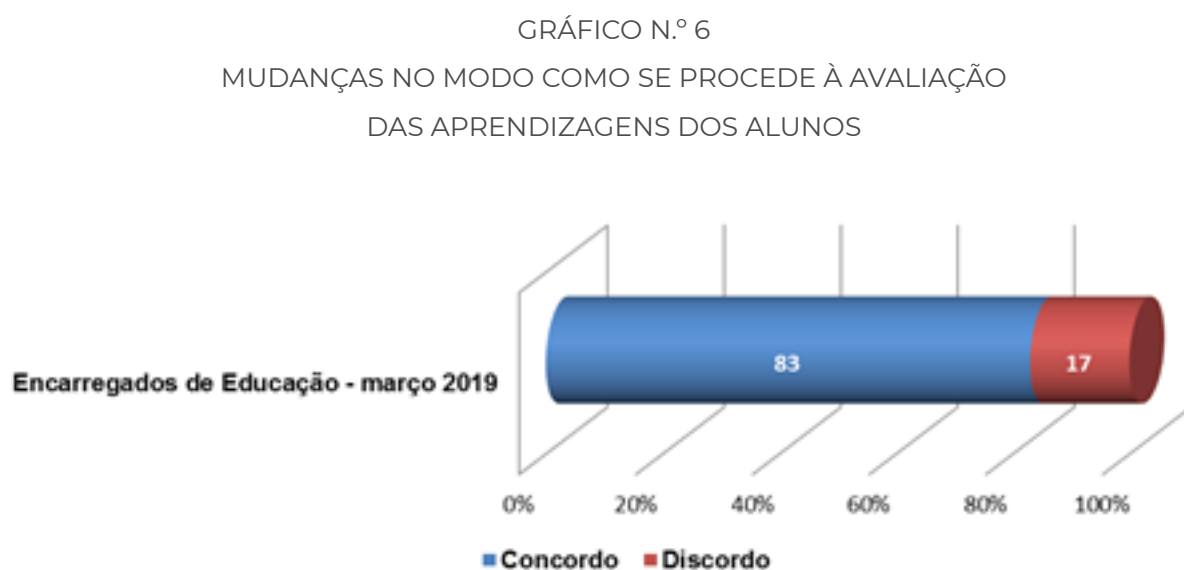
4.2. | A Valorização da Avaliação Formativa

No âmbito desta dimensão, pretende-se evidenciar a perceção dos atores relativamente à alteração das práticas de avaliação e, nesse processo, salientar algumas das justificações presentes nos seus discursos.

4.2.1. | Questionários aplicados a Pais/EE, Conselho Pedagógico e Conselho Geral

PAIS/EE

Em março de 2019, aquando da aplicação do primeiro questionário aos pais e encarregados de educação, representantes de turma, a perceção destes atores indicia que existem alterações nas práticas de avaliação, conforme gráfico n.º 6.



De entre as justificações apresentadas para a concordância manifestada, destacam-se com maior número de frequência:

- **Maior número de momentos de avaliação**, por exemplo - «Esta organização está a permitir aos alunos ter mais momentos avaliativos e consequentemente maior oportunidade para obterem um bom desempenho.»
- **Diversificação dos instrumentos de avaliação**, por exemplo - «Avaliação contínua



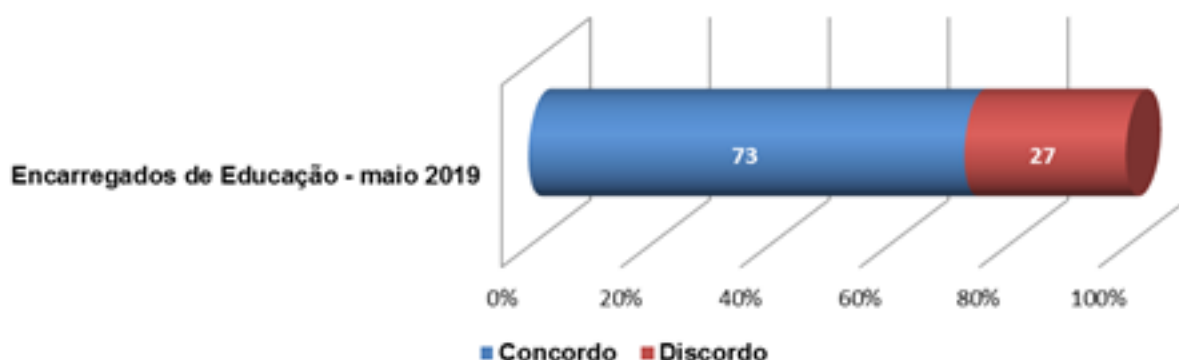
através de questões de aula e menos testes (...). Mais flexibilidade para os professores se organizarem com os alunos para as avaliações formativas.»

No âmbito das justificações apresentadas para a residual discordância manifestada, destacam-se com maior número de frequência:

- **Avaliação semelhante à organização em períodos/ Avaliação formativa com utilização reduzida**, por exemplo – *«Penso que ter 3 momentos de avaliação era importante para poder mudar o que está a correr mal: 2 momentos de avaliação é pouco.»*
- **Concentração de testes após interrupções letivas**, por exemplo – *«(...) intolerável a avaliação dos alunos ser imediatamente após as interrupções letivas (Natal e Páscoa).»*
- **Práticas letivas e de avaliação sem alterações significativas**, por exemplo – *«Não notei diferenças com esta alteração. Não nos foi dada informação detalhada sobre as diferenças e objetivos principais desta reorganização do ano letivo.»*

No segundo questionário, aplicado a todos os pais e encarregados de educação, apesar de se manter a concordância face à existência de alterações nas práticas de avaliação, verifica-se uma diminuição de 10% nessa perceção, conforme distribuição apresentada no gráfico n.º 7.

GRÁFICO N.º 7
MUDANÇAS NO MODO COMO SE PROCEDE À AVALIAÇÃO
DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

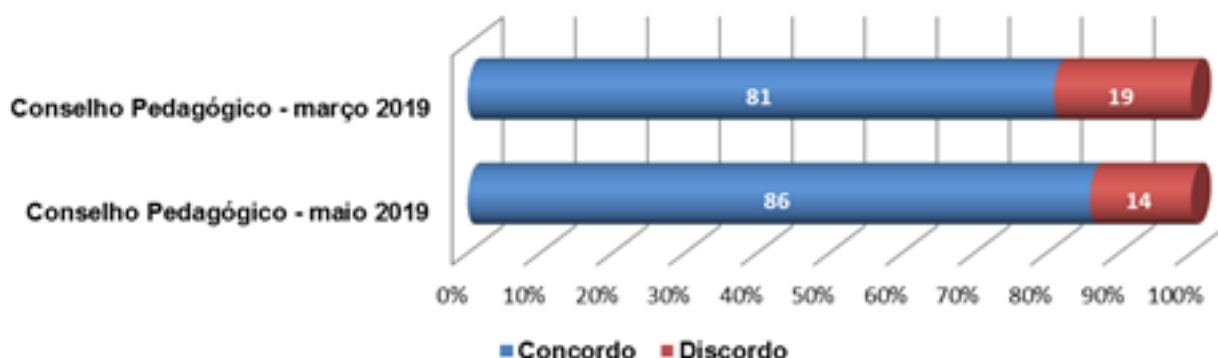


CONSELHO PEDAGÓGICO

No que concerne à perceção do Conselho Pedagógico dos AE/ENA, relativamente às mudanças no modo como se procede à avaliação das aprendizagens dos alunos, o gráfico n.º 8 demonstra a elevada concordância deste órgão, em ambos os questionários, com a ocorrência dessas alterações.



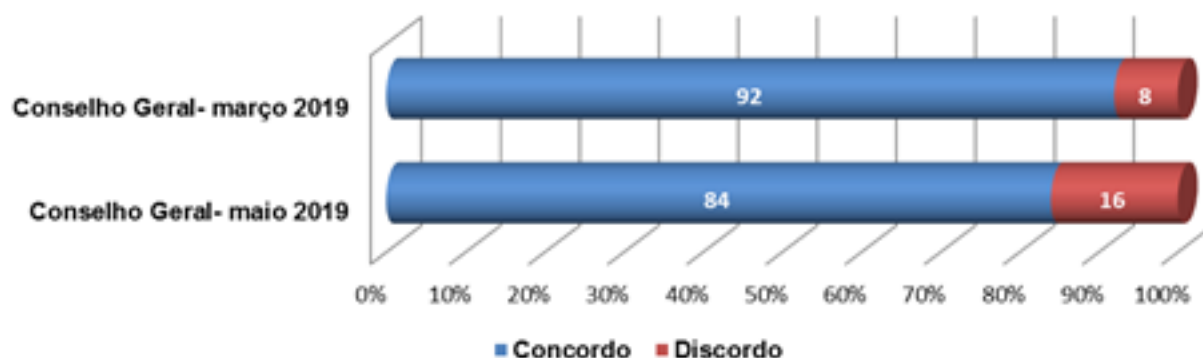
GRÁFICO N.º 8
MUDANÇAS NO MODO COMO SE PROCEDE À AVALIAÇÃO
DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS



CONSELHO GERAL

A percepção do Conselho Geral dos AE/ENA, relativamente às mudanças no modo como se procede à avaliação das aprendizagens dos alunos, em ambos os questionários aplicados, revela que há uma manifesta concordância deste órgão com a evidência dessas alterações, conforme apresentado no gráfico n.º 9.

GRÁFICO N.º 9
MUDANÇAS NO MODO COMO SE PROCEDE À AVALIAÇÃO
DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS



4.2.2 | Relatório dos/as Diretores/as

Nos relatórios dos/as Diretores/as, é destacado o entendimento, que o facto de existir mais tempo para o conhecimento dos alunos e das suas dificuldades, torna possível identificar e implementar metodologias e práticas pedagógicas mais adequadas, favorecendo a diferenciação pedagógica e a inclusão de todos os alunos.

No mesmo contexto salienta-se ainda que há mais reflexão acerca da importância da avaliação,



da distinção entre avaliar e classificar e da sua relevância na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem. Por outro lado, constatou-se a diminuição da pressão sobre os momentos de avaliação, com a introdução de mudanças, no modo como esta se operacionalizou, e na diversificação dos instrumentos de recolha de informação sobre as aprendizagens.

É ainda identificado pelos/as Diretores/as, a existência de um reforço da avaliação formativa, associada à monitorização mais regular das aprendizagens e a um entendimento da avaliação enquanto instrumento regulador do ensino e das aprendizagens. A preocupação já não se localiza somente na avaliação das aprendizagens, mas sim numa avaliação para a aprendizagem, ou seja, uma avaliação que permita orientar os alunos e ajudá-los a desenvolverem estratégias de autorregulação da aprendizagem.

Consideram que este reforço da avaliação formativa está associado a novas rotinas de avaliação, mais frequentes, e visando um menor número de aprendizagens, o que se espera venha a ter efeitos positivos no sucesso dos alunos.

4.2.3 | *Focus Group* de Alunos/as e Diretores/as

ALUNOS/AS

O **conceito de “avaliação formativa” enquanto avaliação para as aprendizagens**, no sentido de proporcionar a informação necessária para identificarem e ultrapassarem eventuais dificuldades, sem carácter de classificação associado, não é evidente nos discursos destes atores. Todavia, apresentam já indícios da **utilização com fins formativos de instrumentos de avaliação**, para uma autorregulação, no sentido de aferir a necessidade de se socorrerem de diferentes estratégias para obter melhores resultados.

Por exemplo, a satisfação manifestada pelo/a Aluno/a C – *Focus Group* do Ensino Básico de 21 de maio de 2019:

«(...) Então é um jogo. [Kahoot] (...) O professor escolhe a disciplina, entra e escolhe o tema e faz as próprias perguntas. (...) É como uma escolha múltipla só que acaba por ser no telemóvel e dava para interagir com a turma toda. E depois havia 1.º, 2.º e 3.º lugar e a stora, com o número de respostas certas e com as erradas, a stora via. “Ok, esta matéria vocês sabem, damos uma revisão?”. “Afiml vocês não sabem muito bem esta matéria, é melhor reforçarmos um bocado mais.” A stora acabava por reforçar muito mais. É uma maneira diferente de sermos avaliados porque depois tem as nossas identificações. (...)»

Ou, no diálogo ocorrido no *Focus Group* do Ensino Básico de 8 de maio de 2019:

«Aluno/a E – Eu acho que a mudança principal é, (...) a forma como realmente somos



avaliados por causa de, desde que estamos agora em semestres, dá mais tempo para fazermos coisas que geralmente não teríamos, porque estaríamos ocupados com os testes...como trabalhos ou outros tipos de fichas ou questões-aula etc. (...) essas formas novas de...não são novas mas como são aplicadas de maneira diferente, ajudam os alunos a, muitas vezes, (...) por exemplo, para os professores saberem o que é que os alunos realmente compreendem da matéria que estão a dar.

Moderador/a – “Aplicados de forma diferente”, o que é que queres dizer com essa expressão?

Aluno/a E – Muito mais frequentemente do que, pelo menos, em trimestres, (...) e também, regra geral, mais cedo, do que o normal, depois de darmos uma matéria específica. (...)»

No discurso dos/as alunos/as surge também a **associação entre a diversificação dos instrumentos de avaliação e maior justiça na classificação**, conforme expresso nos comentários dos/as alunos/as C e D, durante o *Focus Group* do Ensino Básico de 21 de maio de 2019:

«Aluno/a D – Para ajudar vários tipos diferentes de alunos. Os alunos que tiveram boa nota num teste mas precisam de um trabalho. Os alunos que fizeram o trabalho mas precisam da ficha que até pode ser para avaliação. O aluno que não tem ficha mas tem bom comportamento e tem aquela nota no teste e vai se “safar”. E em termos das visitas também é importante tomar nota de quem é que está atento, porque se vai a uma visita é para usufruir, digamos assim, portanto anotar as coisas que acontecem na visita (...).

Aluno/a C – Vou falar agora no que [o/a aluno/a D] disse em relação aos testes. (...) Porque hoje em dia nós vamos para um teste com a matéria decorada, não vamos com matéria entendida. (...) Porque o objetivo da escola é fazer com que (...) possamos aprender algo que nos vai ajudar para o resto da vida, não é algo que nos vá ajudar para aquele teste, porque se for só para isso, o objetivo da escola está a falhar. Portanto não é um teste que vai dizer aquilo que eu sei ou deixo de saber. (...)»

Também identificam as **dificuldades de alguns/algumas docentes na adaptação à gestão do tempo em semestres**, reconhecendo a adoção das práticas avaliativas, características dos períodos, e a sua reprodução nos semestres, o que resultou por vezes, por exemplo, na acumulação de matéria nesses momentos de avaliação, conforme é expresso no seguinte testemunho:

«Acho que, ao contrário dos mesmos colegas, aqui, na minha escola, não correu tão bem isso...as avaliações que existiam num período continuaram a ser as mesmas que existiam num semestre, não fizemos muitos mais trabalhos e não temos mais coisas, ou seja, por exemplo, os dois testes que tínhamos por período, continuaram a ser dois



testes por semestre, o que levou a uma grande acumulação de matéria em cada teste, e obviamente, como eu tinha referido na outra vez, por exemplo, se nós errarmos, por razões humanas, estamos doentes, e o teste correr mal, isso estraga a média do semestre pois, como são poucos testes/poucas avaliações, estraga a média do semestre e como só são dois semestres, nós não temos grande oportunidade para recuperar noutro, pois também é sobre tudo.»

Aluno/a F – Focus Group do Ensino Secundário de 8 de maio de 2019

Assim como a **concentração da aplicação de instrumentos de avaliação após as interrupções letivas** como é evidente no discurso do/a Aluno/a A no Focus Group do Ensino Básico de 21 de maio de 2019:

«(...) É o caso dos testes que eu nas férias do Natal, só na primeira semana é que eu estive sem fazer nada, depois tive que me preocupar em fazer os testes, porque quando acabava as férias era logo testes. Tive duas semanas cheias de testes.»

Para os/as alunos/as do ensino secundário, **a avaliação sumativa/classificação surge associada ao acesso ao ensino superior**, enquanto condição de sucesso:

«Eu acho que a avaliação é uma espécie de um filtro porque, de certa forma, a avaliação é aquilo que dita quem passa e quem não passa. Eu acho que isso aí é...a parte mais importante de uma avaliação porque diz, quem é que precisa ainda de continuar a tentar adquirir, os conhecimentos que não conseguiu adquirir, e aqueles que já estão prontos para passar à próxima fase...ou seja, de certa forma é uma transição. Porque chegar à fase final, geralmente ... (...) à universidade ou começar logo a trabalhar, e sair da escola, neste caso, com uma boa avaliação, acho que é logo um degrau acima dos outros, no momento de tentar arranjar um emprego, (...).»

Aluno/a E - Focus Group do Ensino Secundário de 8 de maio de 2019

DIRETORES/AS

No âmbito desta dimensão, há uma preocupação constante ao longo dos discursos dos/as Diretores/as, com a **necessidade de tempo para promover a mudança do paradigma de avaliação** vivenciada pelos/as **docentes** nos últimos anos expressa, por exemplo, no testemunho que se segue:

*«(...) sem os professores (...) assumirem este processo, como realmente o foco principal desta mudança, (...) não poderá resultar de forma nenhuma e **o grande investimento que tem de ser feito é na formação de professores**, e nós neste momento estamos a fazer esse investimento, (...) ações que têm muito a ver com a avaliação, que têm a ver com a flexibilidade, que têm a ver com o trabalho colaborativo, têm a ver com um conjunto de*



ações que mexem muito com o trabalho pedagógico dos professores, nesta nova visão da educação, das aprendizagens, nesses aspetos funcionais (...) o Pedagógico sentiu isto a determinada altura, que era preciso dar tempo às pessoas para se irem adaptando a estas mudanças.»

Diretor/a B – Focus Group de 23 de maio de 2019

Uma das soluções principais, apontada para essa mudança de paradigma é a **formação e colaboração entre pares, na partilha de práticas**, evidenciada nas ações de formação, *workshops* e conferências organizadas, e patentes, por exemplo, nos seguintes discursos:

«E esta primeira proposta é facilitadora para entrarmos nesse caminho porque, o facto de termos promovido um conjunto de atividades - as conferências, os workshops, tudo isso vai proporcionar essa situação. Depois, foi um instrumento que veio incrementar e consolidar a articulação que temos feito entre os agrupamentos (...)»

Diretor/a C – Focus Group de 24 de maio de 2019.

«(...)reforço também a questão da formação, e ela tem acontecido com regularidade. Nós praticamente, todos os meses ou uma vez por mês, à quarta-feira, temos ACD [Ações de Curta Duração] ligadas, algumas delas, a questões que têm a ver com a avaliação formativa. Nesse aspeto acho que a escola deu um passo importante, neste sentido.»

Diretor/a F - Focus Group de 23 de maio de 2019.

«A formação é fundamental porque, se não houver formação que consiga levar os professores a pensar de outra forma, as coisas também não são fáceis de conseguir de um dia para o outro. Portanto, isto é um processo que está em construção, não é um processo acabado e, nós temos a noção disso. Todas as nossas estratégias têm que passar sempre por, a avaliação do próprio professor, relativamente ao trabalho que está a fazer.»

Diretor/a B - Focus Group de 23 de maio de 2019.

Paralelamente, relacionam a organização do calendário escolar em semestres com um sentimento de **menor pressão, por parte dos/as docentes**, relativamente aos momentos de avaliação, e de **maior disponibilidade para diversificar os instrumentos de recolha de informação sobre as aprendizagens**, como é evidente no diálogo entre os/as dois/duas diretores/as do Focus Group de 23 de maio de 2019:

«Diretor/a E – Eu tenho sentido uma coisa, que não disse há bocadinho, mas que o facto de os professores sentirem, uma maior libertação, em relação à questão da avaliação, menos pressão...porque os momentos avaliativos traziam uma enorme pressão...eu acho que isto também se acaba por transmitir aos alunos. Também acabam por sentir uma maior serenidade porque, o próprio professor, também está mais sereno em relação a isso.



E isso é uma grande vantagem.

Diretor/a B – E permite aos professores trazerem para o trabalho das turmas, novas estratégias, novos instrumentos de avaliação, coisas mais...»

É ainda destacado pelos/as Diretores/as **a dificuldade dos alunos em distinguirem a avaliação das aprendizagens, da classificação**, constante no diálogo estabelecido entre os/as Diretores/as do *Focus Group* de 23 de maio de 2019:

«Diretor/a C – Há também alguns casos de alguma preocupação de alguns deles.

Eles estão habituados a fazer médias – “tive 2 no 1º período, 3 no 2º, o que é vou ter no 3º?”. Eu acho que há elementos que tiveram 2 no 1º período e “bem, agora tenho que tirar 3 para fazer 2,5”. Ainda há esta mentalidade. Existe da parte de alguns alunos esta preocupação.

Diretor/a B – Mas sabes que isso tem uma vantagem...

Diretor/a C – “Ah, já tive 3 no 1º semestre, agora se tirar 2, isto dá 2,5, já mereço um 3.”

Diretor/a B – “Já estou passado.”

Diretor/a C – Andam um pouco a fazer estas contas.»

4.2.4 | Análises SWOT de Docentes

Na reflexão sobre a avaliação formativa ou “para as aprendizagens”, os/as Docentes identificaram Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades.

No âmbito das Forças destacaram:

*«O calendário semestral permite um ritmo mais lento, **potenciador de mais momentos de avaliação formativa** e menor pressão/stress dos alunos, face à calendarização dos momentos de avaliação (os testes não são todos na mesma altura, deixa de existir sobreposição entre testes de diferentes disciplinas; espaçamento entre testes).»*

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

*«**Valorização/reforço da avaliação formativa e diminuição da avaliação sumativa.** Aplicação de **vários métodos de avaliação diversificada e de novas práticas de ensino-aprendizagem**, considerando a existência de mais tempo decorrente da semestralidade.»*

Matriz SWOT - 7 de maio 2019 – Docentes – ensino básico.



Por outro lado, identificaram como Fraquezas, competências ou fatores internos desfavoráveis à implementação do projeto:

«**Resistência à mudança por parte dos docentes.** Foco no excesso de burocracia e objetivos. Falta de foco na evolução e resistência às novas práticas pedagógicas. **Manutenção dos testes como única ferramenta de avaliação**, dificuldade de adequar o número de testes aos semestres.»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

«**Falta de articulação entre os critérios gerais de avaliação e os critérios específicos das disciplinas.** Na prática, os procedimentos e os critérios não estão integralmente ajustados aos princípios, aos objetivos e aos compromissos assumidos no projeto do novo calendário semestral.»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

Paralelamente, os/as Docentes identificaram Oportunidades e Ameaças, cuja inter-relação fragiliza ou pode impossibilitar a concretização do potencial disponível, através do desperdício das Forças já existentes, designadamente a **contradição entre a oportunidade para o sucesso escolar, através da melhoria do processo de avaliação, e as exigências burocráticas e administrativas do calendário formal**, instituídas pelo Ministério da Educação:

1.º exemplo

Oportunidade

«A implementação dos Decretos-lei n.º 54 e 55/2018, associada ao novo calendário semestral é uma oportunidade para o sucesso escolar e para melhorar o processo de avaliação.»

Matriz SWOT - 7 de maio 2019 – Docentes – ensino básico.

Ameaça

«Ausência de adaptação dos procedimentos e orientações do Ministério da Educação à calendarização semestral (lançar notas por período, colocação de professores por período, plataforma MISI, entre outros).»

Matriz SWOT - 7 de maio 2019 – Docentes – ensino básico.

2.º exemplo

Oportunidade

«A semestralidade é um estímulo à Flexibilidade Curricular e à implementação dos Decretos-Lei n.º 54 e 55/2018. É uma oportunidade para toda a comunidade educativa ser ouvida, é um incentivo para melhorar a prática pedagógica e trabalhar de um modo diferente com os alunos e com os próprios pares (professores).»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.



Ameaça

«Não existe adequação da legislação em vigor ou das orientações provenientes da tutela, face à semestralidade e a (exemplos: conciliação entre a semestralidade a atribuição de notas; como proceder nas situações de matrículas tardias; como proceder em situações de mudanças de curso/área, entre outros).»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

4.3. | O Feedback aos Alunos e o reporte a Pais/Encarregados de Educação

No âmbito desta dimensão, pretende-se apresentar as perceções dos diversos atores, relativamente à qualidade e frequência da informação prestada a alunos e Pais/EE, no que concerne às aprendizagens realizadas por esses e sobre os percursos adequados à sua melhoria.

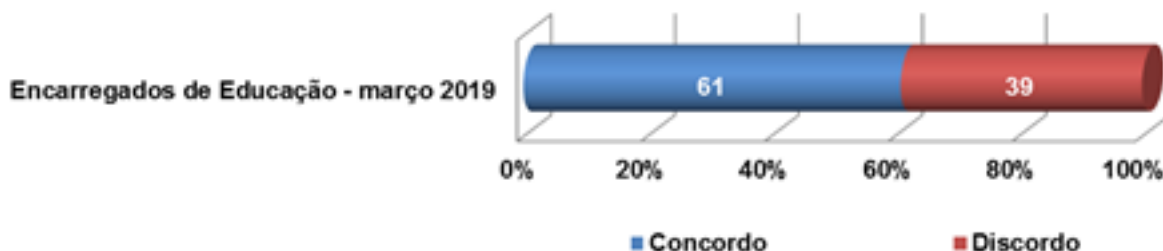
4.3.1. | Questionários aplicados a Pais/EE, Conselho Pedagógico e Conselho Geral

PAIS/EE

A perceção dos Pais/EE relativamente ao *feedback* aos alunos, indica que estes dispõem de mais informação, conforme distribuição apresentada no gráfico n.º 10.

GRÁFICO N.º 10

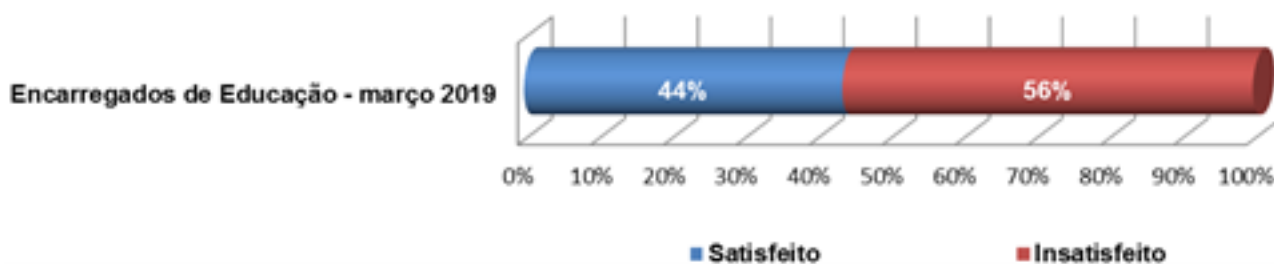
OS ALUNOS TÊM MAIS INFORMAÇÃO SOBRE A QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS REALIZADAS E OS PERCURSOS PARA A SUA MELHORIA



No entanto, e no que concerne ao reporte fornecido a Pais/EE, estes consideram que a informação é insuficiente (vide gráfico n.º 11).

GRÁFICO N.º 11

INFORMAÇÃO PERIÓDICA AOS PAIS/E.EDUCAÇÃO, SOBRE AS APRENDIZAGENS REALIZADAS PELOS ALUNOS

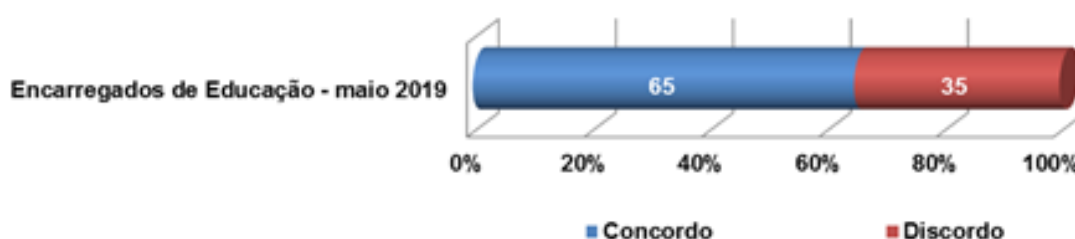


De entre as justificações apresentadas para a insatisfação manifestada face à insuficiente informação transmitida a Pais/EE, destacam-se com maior número de frequência:

- **Reduzida informação transmitida aos encarregados de educação**, por exemplo - «*Contactos mínimos com os EE para transmitir conhecimentos adquiridos pelos alunos.*»
- **Inexistência de alterações nos processos de avaliação**, por exemplo - «*Em termos práticos, não consigo ainda aperceber-me de grandes diferenças entre o calendário escolar organizado em semestres ou por trimestres.*»

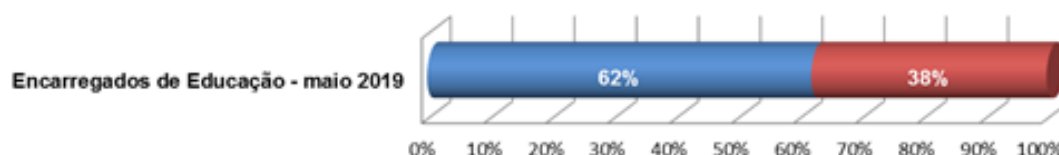
No segundo questionário aplicado a estes atores, mantém-se a indicação de que os alunos dispõem de mais *feedback* sobre a qualidade das suas aprendizagens, de acordo com a informação constante no gráfico n.º 12:

GRÁFICO N.º 12
OS ALUNOS TÊM MAIS INFORMAÇÃO SOBRE A QUALIDADE
DAS APRENDIZAGENS REALIZADAS E OS PERCURSOS PARA A SUA MELHORIA



Comparativamente ao nível de satisfação, com a informação periódica a Pais/EE sobre as aprendizagens realizadas pelos seus educandos, em março, verifica-se uma melhoria de 18% no segundo questionário, aplicado em maio (vide gráfico n.º 13).

GRÁFICO N.º 13
INFORMAÇÃO PERIÓDICA AOS PAIS/E. EDUCAÇÃO,
SOBRE AS APRENDIZAGENS REALIZADAS PELOS ALUNOS



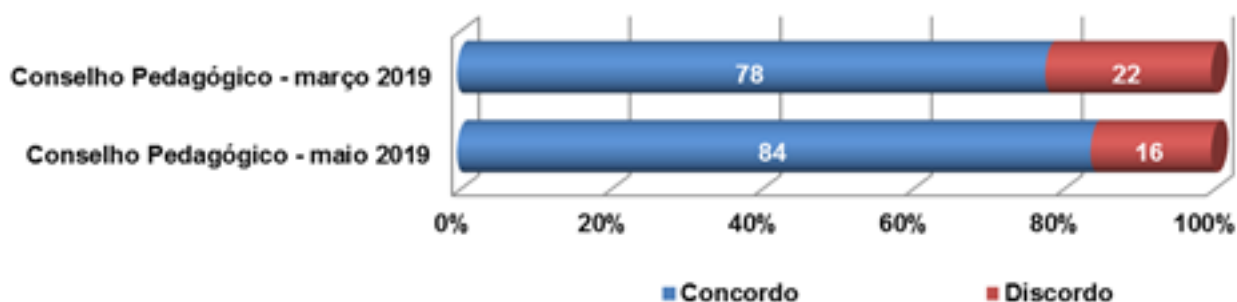
CONSELHO PEDAGÓGICO

A perceção do Conselho Pedagógico dos AE/ENA, relativamente ao *feedback* a alunos é patente na concordância maioritária com a afirmação de maior quantidade de informação disponibilizada aos mesmos. O gráfico n.º 14 apresenta a distribuição de respostas aferidas em ambos os questionários aplicados.



GRÁFICO N.º 14

OS ALUNOS TÊM MAIS INFORMAÇÃO SOBRE A QUALIDADE
DAS APRENDIZAGENS REALIZADAS E OS PERCURSOS PARA A SUA MELHORIA

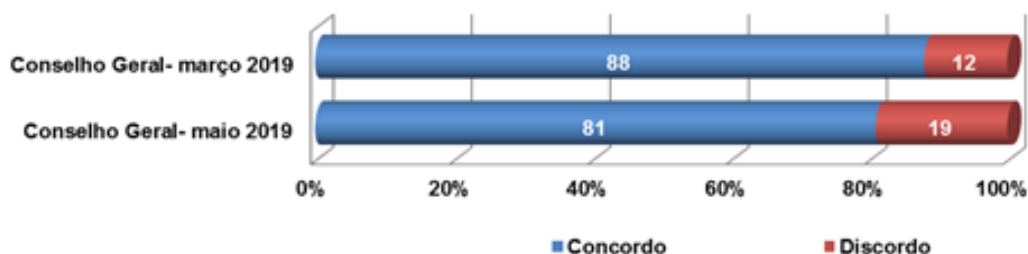


CONSELHO GERAL

A perceção do Conselho Geral dos AE/ENA, relativamente ao *feedback* a alunos, revela a concordância maioritária, associada à afirmação de que os alunos dispõem de mais informação sobre a qualidade das aprendizagens realizadas e sobre os percursos para a sua melhoria. O gráfico n.º 15 apresenta a distribuição de respostas aferidas em ambos os questionários aplicados.

GRÁFICO N.º 15

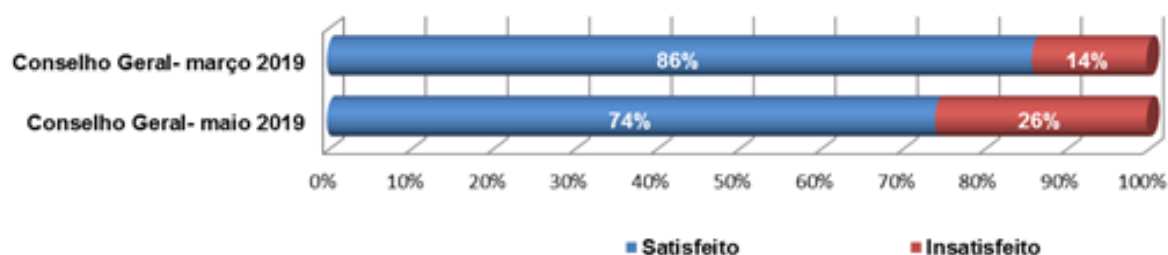
OS ALUNOS TÊM MAIS INFORMAÇÃO SOBRE A QUALIDADE
DAS APRENDIZAGENS REALIZADAS E OS PERCURSOS PARA A SUA MELHORIA



Relativamente ao nível de satisfação, com a informação periódica a Pais/EE, sobre as aprendizagens realizadas pelos seus educandos, verifica-se um decréscimo de 12% no segundo questionário (maio), face ao nível de satisfação aferido no primeiro questionário (março) conforme demonstrado no gráfico n.º 16.

GRÁFICO N.º 16

INFORMAÇÃO PERIÓDICA AOS PAIS/E.EDUCAÇÃO,
SOBRE AS APRENDIZAGENS REALIZADAS PELOS ALUNOS



4.3.2. | Relatório dos/as Diretores/as

Nos relatórios dos/as Diretores/as está patente o entendimento que a elaboração de sínteses descritivas (associadas ao reporte fornecido a pais/EE, nos momentos intercalares), que realçam os domínios de aprendizagem ou conteúdos que o aluno conseguiu aprender, ou não, foi um contributo para que se coloque em prática um ensino diferenciado. É ainda salientado que as reuniões intercalares tornaram-se mais eficazes.

Relativamente aos alunos, valorizaram o envolvimento destes nas decisões tomadas, com a presença destes nas reuniões de Conselho de Turma, assim como dos Pais/EE.

4.3.3. | Focus Group de Alunos/as e Diretores/as

ALUNOS/AS

Nesta dimensão de análise, a perceção deste grupo de atores diverge, em função do nível de ensino frequentado pelos mesmos, devido às expectativas específicas, em particular, dos/as alunos/as que frequentam o ensino secundário, no que respeita ao acesso ao ensino superior. Nesse sentido, referem que a descrição qualitativa apresenta informação insuficiente, para compreenderem o estado das suas aprendizagens, e para uma orientação em relação ao futuro das mesmas, expressa pelos/as Alunos/as E e B - *Focus Group* do Ensino Secundário de 8 de maio de 2019:

«Aluno/a E - No nosso caso foi feita a avaliação intercalar qualitativa, entre insuficiente e muito bom, em várias disciplinas, e com algumas observações, sob a forma de um documento. Ou seja, não tivemos qualquer tipo de conversa. O problema disto é que, por mais que o insuficiente a muito bom, possa funcionar bem no básico, no secundário já não é bem assim, porque um bom pode ser um 14 ou 17. Então era bastante difícil de saber o nosso aproveitamento.»

«Aluno/a B - Eu acho que nesse aspeto está muito idêntico ao ano passado, nós fora das intercalares só temos noção de como estamos ou quando vamos falar com o professor ou então quando sabemos as notas dos testes. Portanto, de resto acho que... não sabemos mais nada do nosso percurso à cerca disso, até porque nós também interessa-nos muito, lá está, o tal número, lá na folha de teste, e portanto acho por isso é que também não... não há ou às vezes os professores podem não vir ter connosco ou nós podemos ir lá ter com eles, portanto acho que está muito idêntico ao ano passado nesse aspeto.»

Tal situação é novamente sublinhada e complementada, pelos alunos do ensino secundário, com a perspetiva de Pais/EE, quando são abordadas as expectativas relativamente a essa informação, conforme testemunho do/a Aluno/a D - *Focus Group* do Ensino Secundário de 8 de maio de 2019:



«Quero reforçar só mais um aspeto...a minha avaliação intercalar, a primeira, foi feita do modo que eu disse, com frases feitas pela direção e foi em novembro e eu acho que deveria ser em dezembro porque, no início de novembro, era a altura em que nós começávamos os testes ou seja, nós não tínhamos avaliações, praticamente, nenhuma, feitas. (...) E, eu acho que os nossos pais, com estas avaliações intercalares, também não ficam tão esclarecidos em relação...porque eles por norma, falo por mim, é mais a nível de notas – “que notas é que tu tiveste?”.»

Na perceção dos/as alunos/as do ensino básico, existe maior quantidade de **informação sobre a qualidade das aprendizagens realizadas e sobre os percursos para a sua melhoria, assim como existem melhores canais de comunicação com os alunos, os pais e encarregados de educação e entre professores**, conforme apresentado pelo/a Aluno/a B – *Focus Group* do Ensino Básico de 11 de abril de 2019.

«Eu penso que agora há mais informação, não sei se é propriamente por ser a questão dos semestres porque, por exemplo, este ano foi implementado na [Escola] uma plataforma online, onde é possível enviar a ocorrência...basicamente o que se fazia com a caderneta, mas de forma mais acessível. E para além disso, agora nas intercalares, para além da nota, os professores têm que fazer uma síntese descritiva de cada aluno. Ou seja, eu acho que a partir daí, tanto os pais, como os diretores de turma, têm mais feedback sobre o que é que cada professor acha do aluno. E, a partir daí, acho que é, de certa forma uma coisa que os encarregados de educação se queixam muito, era de não ter informação sobre como é que vai o desempenho escolar e, assim, a partir das sínteses descritivas ficam com uma ideia de como é que é o seu educando, àquela disciplina. Portanto, acho que, efetivamente, a comunicação agora é melhor.»

DIRETORES/AS

Na perceção dos/as Diretores/as, a meta de melhorar o *feedback* aos alunos e o reporte a Pais/EE foi atingida com a melhoria da qualidade da informação transmitida, o aumento da frequência da mesma e o investimento na diversificação dos canais da sua divulgação, conforme é enunciado nos dois testemunhos do/a Diretor/a F - *Focus Group* de 23 de maio de 2019:

«Mas uma das coisas que temos conseguido é este **feedback de qualidade**, sobre as aprendizagens dos alunos, aos próprios alunos, em primeiro lugar, e depois às famílias.»

«Se formos ver, há uma reunião inicial logo em setembro, depois a seguir temos **as reuniões intercalares** e a seguir às reuniões intercalares, há reuniões com encarregados de educação. Depois temos a reunião semestral, do primeiro semestre, a seguir há reuniões com encarregados de educação. Depois temos a segunda intercalar, a seguir há reuniões com encarregados de educação. Além disto há todo o feedback que vai, na tal ficha de



avaliação, com as “sínteses descritivas”, por disciplina. **“Sínteses descritivas” que nós andamos a lutar para que, traduzam ali uma informação de qualidade em relação às aprendizagens conseguidas** pelos alunos e às suas dificuldades. Portanto, eu acho que temos vindo a fazer um trabalho bastante meritório no **feedback de qualidade que tento dar aos pais**. Para além disso, esta nova versão (...) permite um feedback direto do professor ao encarregado de educação.»

4.3.4. | Análises SWOT de Docentes

Os/as docentes do ensino secundário no âmbito da dimensão “Feedback aos Alunos e o reporte a Pais/Encarregados de Educação”, destacaram como Forças, a valorização das reuniões intercalares e a existência de maior número de momentos e de formatos de reporte, a encarregados de educação. Por outro lado, identificaram como Fraqueza, a falta de uniformização de práticas, na realização das reuniões intercalares, quer internamente, quer entre AE/ENA, designadamente:

Forças

«Com o calendário semestral e **com as avaliações intercalares há mais momentos de passagem de informação aos Pais e Encarregados de Educação**, com disponibilização de informação via eletrónica, plataformas e sites e também via papel.»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.

Forças

«**Valorização das reuniões intercalares que permitem mais tempo para falar sobre os alunos.**»

Matriz SWOT – 10 de maio 2019 – Docentes – ensino secundário.

Fraquezas

«Apesar da existência de um calendário comum para realização das reuniões intercalares por força da negociação territorial, **os procedimentos inerentes às avaliações intercalares são diferentes (...) Falta de uniformização de práticas na realização das reuniões intercalares**, por parte das escolas, enquanto partes comuns do projeto da semestralidade. Risco das reuniões intercalares assumirem o peso [burocrático] das reuniões de avaliação sumativa.»

Matriz SWOT - 10 de maio 2019 – Docentes - ensino secundário.



Conclusão

A circunstância da implementação da semestralidade do calendário escolar, em 2018-2019, coincidir com as mudanças curriculares e pedagógicas introduzidas pela aplicação dos Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, veio condicionar o modo como são percecionados os efeitos desta alteração no calendário escolar, tornando difícil isolá-los do impacto das atuais mudanças na educação. Esta constatação não poderá dissociar-se dos objetivos que presidiram ao projeto apresentado e que têm subjacente a premissa, de que a alteração do calendário escolar constitui um elemento favorecedor de melhores aprendizagens por parte dos alunos. Algumas perceções indiciam que a mesma poderá estar a contribuir para acelerar o processo de mudança.

Paralelamente, reconhece-se que o aprofundamento de funcionamento em rede, por parte dos/as diferentes diretores/as, a partilha de informações, saberes e experiências entre docentes dos AE/ENA do concelho de Odivelas, assim como um trabalho de proximidade com a autarquia, concretizado através das várias reuniões com os/as diretores/as e na realização de seminários para toda a comunidade educativa, ao longo do ano letivo, foram elementos relevantes no sucesso da implementação do projeto, que importa dar continuidade e consolidar.

Efetivamente, a grande conquista deste projeto foi a aproximação dos atores, protagonistas da mudança, que reconhecem a importância de comunicar, trocar ideias, aprender em conjunto “no interior da escola e fora dela, no espaço territorial do concelho”, nas palavras dos/as próprios/as docentes. Cada escola e cada parceiro, com a sua cultura própria, aproximou-se de todos os outros e encontraram soluções comuns, outros pares com as mesmas preocupações e interesses, criando uma harmonia nessa ligação, que suportou a mudança e um objetivo comum - o sucesso de todos os alunos do concelho que, na vontade dos/as diretores/as, poderá aprofundar-se no desenvolvimento de um projeto educativo concelhio, num processo de coesão educativa do território.

No sentido de sintetizar os resultados deste Relatório, apresenta-se em seguida uma análise SWOT dos mesmos, com o estabelecimento das correlações entre as Oportunidades e as Ameaças do ambiente externo, assim como com as Forças e as Fraquezas do ambiente interno, por objeto de análise:

- Perceção de Alunos;
- Perceção de Docentes;
- Perceção de Pais/Encarregados de Educação;
- Perceção de Diretores;
- Perceção de Conselho Pedagógico;
- Perceção de Conselho Geral.

INTERNO	ASPETOS POSITIVOS		ASPETOS NEGATIVOS	
	FORÇAS		FRAQUEZAS	
INTERNO	Conselhos Gerais: O Conselho Geral, pela sua constituição, assegurou a auscultação e a participação da comunidade educativa no projeto.		Conselhos Gerais: Informação insuficiente e tardia sobre o projeto, seus princípios e pressupostos.	
	Diretores: A organização semestral facilita o trabalho pedagógico, a organização do estudo por parte dos alunos e a avaliação formativa enquanto instrumento regulador do ensino e das aprendizagens.		Diretores: Dificuldades na implementação do projeto motivadas pela resistência à mudança e pelos receios de professores, alunos e famílias, relativamente à avaliação externa (provas finais e exames), nomeadamente devido à ligação entre os exames nacionais e o acesso ao ensino superior.	
	Conselhos Pedagógicos: Os alunos e os professores têm mais informação sobre a qualidade das aprendizagens realizadas e sobre os percursos para a sua melhoria.		Conselhos Pedagógicos: Práticas pedagógicas sem alterações significativas, avaliação formativa pouco relevante, sobrevalorização e concentração de testes.	
	Docentes: A semestralidade facilita uma melhor gestão do tempo, a diversificação de métodos de avaliação e de novas práticas de ensino-aprendizagem.		Docentes: Dificuldade em ajustar os procedimentos e critérios de avaliação aos princípios, aos objetivos e aos compromissos assumidos no projeto, assim como muita burocracia e resistência à mudança e a práticas pedagógicas diferentes, por parte de alguns docentes.	
	Alunos: A organização semestral facilitou o planeamento do estudo (mais regular, sem quebras), a diversidade e maior frequência da avaliação, assim como a diminuição de stresse.		Alunos: Excesso de trabalhos e testes, concentração dos testes após as interrupções letivas e informação insuficiente sobre a progressão das aprendizagens.	
	Pais/EE: A distribuição do tempo escolar de uma forma igualitária por dois semestres permite uma melhor gestão de tempo de estudo.		Pais/EE: Dificuldades na organização familiar devido à concentração dos testes após as interrupções letivas.	
EXTERNO	OPORTUNIDADES		AMEAÇAS	
	Conselhos Gerais: Desenvolvimento de estratégias de informação e esclarecimento, sobre as alterações na organização do calendário e os seus pressupostos, enquanto oportunidade para um maior envolvimento da comunidade educativa na vida da escola.		Conselhos Gerais: Dificuldades na apropriação dos pressupostos subjacentes ao projeto e das mudanças em curso poderá limitar a capacidade de intervenção e comunicação por parte deste órgão.	
	Diretores: Planeamento estratégico da formação para a capacitação no âmbito das mudanças em curso.		Diretores: Potenciais dificuldades na mobilização de alguns professores com resistência à mudança das práticas pedagógicas (avaliação, planeamento, desenvolvimento do currículo), inerentes ao projeto.	
	Conselhos Pedagógicos: O incremento da informação sobre a qualidade das aprendizagens realizadas, facilitará o processo de monitorização pedagógica, por parte do CP, de acordo com as competências deste órgão.		Conselhos Pedagógicos: A dificuldade em monitorizar as práticas pedagógicas poderá condicionar a concretização dos princípios do projeto.	
	Docentes: Continuidade das diversas redes constituídas no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, para incrementar e consolidar a prática colaborativa dos docentes, em particular a rede de ensino profissional.		Docentes: Ausência de adaptação dos procedimentos e orientações do Ministério da Educação à calendarização semestral (conciliação entre a semestralidade e a atribuição de notas), como proceder nas situações de matrículas.	
	Alunos: O incremento do envolvimento dos alunos no processo de autorregulação das aprendizagens e na consistência do estudo potenciada pela semestralidade do calendário escolar.		Alunos: Risco de saturação face ao excesso dos momentos avaliativos e falta de reporte sobre a progressão das aprendizagens.	
	Pais/EE: O aumento dos reportes relativos às aprendizagens dos educandos pode fomentar o envolvimento dos Pais/EE na vida escolar.		Pais/EE: Algumas famílias com educandos em concelhos limítrofes poderão ter dificuldade em conciliar dois calendários escolares.	

Recomendações

- Garantir o conhecimento e a apropriação, por parte de todos os elementos que integram os Conselhos Gerais, dos princípios e dos pressupostos do projeto “Novo Calendário Escolar”, para uma mobilização efetiva deste órgão de direção estratégica, nas mudanças em curso.
- Frequentar formação específica para Diretores/as ao nível da liderança transformacional, como forma de capacitação, para lidar com as resistências e impulsionar processos de mudança desejados e partilhados.
- Aprofundar a capacitação dos elementos dos Conselhos Pedagógicos, relativa aos princípios e aos pressupostos do projeto, para que se torne mais eficaz a sua ação, na coordenação e supervisão pedagógica dos Docentes.
- Propor o reforço da formação, nas áreas associadas às principais dificuldades de adaptação, identificadas; como contributo para o incremento de práticas pedagógicas e modelos de avaliação, mais adequados aos princípios e aos pressupostos deste projeto.
- Recolher os contributos dos Alunos sobre as necessidades de planeamento global, relativo aos momentos avaliativos (evitando o seu excesso e concentração); e de informação sobre a progressão das aprendizagens (formato e conteúdo), para inclusão nos processos de mudança.
- Sensibilizar os Conselhos Gerais para a necessidade de se encontrarem soluções, que possibilitem um melhor ajustamento entre a semestralidade do calendário escolar (designadamente as alterações das interrupções letivas) e a organização familiar (nomeadamente através de ofertas complementares de ocupação dos tempos livres).

Para além das recomendações que decorrem das fraquezas identificadas pelos diferentes atores, da reflexão desta Comissão, sobressaem três grandes áreas de investimento futuro:

- a formação e capacitação direcionada para as áreas em que é necessário mudar;
- a monitorização e avaliação regular dos processos de mudança;
- a auscultação e envolvimento de alunos, pais e professores e dos diferentes órgãos e estruturas educativas nesses processos de mudança.



Bibliografia

- BEAUSOLEIL, Jacques; GUÉDON, Marie-Chantal; LARIVIÈRE, Claude; MAYER, Robert (1988). *Solidarités – Pratiques de recherche-action et de prise en charge par le milieu*, Montréal: Ed. Boréal Express
- FERNANDES, Domingos (2006). “Avaliação, aprendizagens e currículo: Para uma articulação entre investigação, formação e práticas” in Raquel Barbosa (Org.), *Formação de educadores: Artes e técnicas – Ciências e políticas*, pp. 15-36. São Paulo: Editora UNESP
- FERNANDES, Domingos (2007). “Vinte e cinco anos de avaliação das aprendizagens: Uma síntese interpretativa de livros publicados em Portugal” in Albano Estrela (Org.), *Investigação em educação: Teorias e práticas (1960-2005)*, pp. 261-306. Lisboa: Educa
- FERREIRA, FERNANDO I. (2003). *O estudo do local em educação. Dinâmicas Socioeducativas em Paredes de Coura*, tese de Doutoramento em Estudos da Criança, Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho
- FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim FERREIRA, F. Ilídio (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*, Porto: Asa
- FORMOSINHO, João; FERNANDES, A. Sousa; MACHADO, Joaquim; FERREIRA, FERREIRA, F. (2005). *Administração da Educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*, Porto: ASA
- FORMOSINHO, João; FERNANDES, A. Sousa; MACHADO, Joaquim; FERREIRA, H. da Costa (2010). *Autonomia da Escola Pública em Portugal*, Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão
- GREENBAUM, Thomas (1997). *The Handbook for Focus Group Research*, 2ª edição. SAGE Publications, Inc.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais:Principia
- HILL, M. Magalhães; HILL, Andrew (2000). *Investigação por Questionário*, Lisboa: Edições Sílabo
- MARQUES, Ramiro (2000). *Dicionário Breve de Pedagogia*, Lisboa: Presença
- MONTEIRO, Alcides A. (1995). *O Lugar e o Papel dos Actores num Processo de Investigação-Acção*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Trabalho de Síntese, Universidade da Beira Interior
- RIBEIRO, L. (1989). *Avaliação da aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora
- STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. N. (1998). “Focus group research: Exploration and discovery” in L. Bickman & D. J. Rog (Eds.), *Handbook of applied social research methods* (p. 505–526). SAGE Publications, Inc.



Legislação

Despacho n.º 9726/2018, de 17 de outubro

Cria uma equipa de coordenação nacional, coadjuvada por uma equipa técnica e por equipas regionais, com a missão de acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, bem como do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, definindo ainda o âmbito territorial de intervenção das equipas regionais.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 julho

Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 julho

Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho que republica o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril

Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo, com a redação atual.





Departamento de Educação e Coesão Social
Rua Laura Alves, 5 - Urbanização da Ribeirada
2675-608 Odivelas
www.cm-odivelas.pt